

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

IVO, Anete Brito Leal. Anete Brito Leal Ivo (depoimento, 2016). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre BANCO SANTANDER. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Anete Brito Leal Ivo  
(depoimento, 2016)**

Rio de Janeiro

2017

### ***Ficha Técnica***

***Tipo de entrevista:*** História de vida

***Entrevistador(es):*** Celso Castro;

***Técnico de gravação:*** Isabella Jannotti;

***Local:*** Salvador - BA - Brasil;

***Data:*** 20/05/2016 a 20/05/2016

***Duração:*** 3h 0min

Arquivo digital - áudio: 1; Arquivo digital - vídeo: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória das Ciências Sociais no Brasil”, desenvolvido com financiamento do Banco Santander, entre janeiro de 2016 e dezembro de 2020, com o objetivo de constituir um acervo audiovisual de entrevistas com cientistas sociais brasileiros e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

***Temas:*** Alfabetização; América Latina; Assuntos familiares; Bahia; Campesinato; Carreira acadêmica; Catolicismo; Censura; Centro Brasileiro de Análise e Planejamento; Ciências sociais; Classes sociais; Congressos e conferências; Cooperação acadêmica; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Ditadura; Ensino fundamental; Ensino superior; Família; Formação acadêmica; Formação de professor; Formação escolar; Formação profissional; França; Funcionalismo público; Golpe de 1964; Indústria; Industrialização; Infância; Instituições acadêmicas; Magistério; Militância política; Movimento estudantil; Mulher; Partidos políticos; Pesquisa científica e tecnológica; Pobreza; Política; Políticas públicas; Regime militar; São Paulo; Universidade de São Paulo; Universidade Federal da Bahia; Viagens e visitas;

## *Sumário*

Entrevista: 20.05.2016 Origens familiares; passado artístico e profissional da família; formação autodidata dos antepassados; o período escolar e a escolha pelas Ciências Sociais; formação básica; peças teatrais na infância; memórias do colégio; professores que influenciaram; participação no jornal da escola; ações políticas do pai; o golpe de 64 e a graduação em Ciências Sociais; o golpe militar de 64; a reação universitária ao golpe; o diretório acadêmico; os primeiros anos em ciências sociais; O segundo ano universitário; primeiros professores que influenciaram na universidade; professores das ciências sociais que influenciaram ao longo da vida; pesquisa sobre catolicismo popular e seus resultados; pesquisas acadêmicas; novas pesquisas; monografia sobre assistencialismo na Bahia; pesquisa sobre a diferença da formação operária entre o campo e a cidade; os primeiros anos de formada e a militância política; Retorno à Bahia após um ano em São Paulo; participação no programa “Efeitos sociais da industrialização na Bahia”; levantamento de salários de mulheres por produção em uma fábrica de fios; trabalho de alfabetização de bairro; gravidez e nascimento da filha; a prisão do marido; a carreira docente; Acervo de pesquisa apreendido pela ditadura; experiência como professora durante a censura; alunos olheiros da ditadura; o Mestrado; abertura do mestrado de Ciências Sociais na Bahia, em parceria com a USP; trabalho sobre o papel da negra na sociedade de classe; núcleo de estudo sobre campesinato; indicação para assessoria de docência; estudo sobre departamentalização da UFBA; relação com os reitores; concurso na UFBA; tentativa de doutorado; concurso para professora assistente; período sem concursos; progressão para professora adjunta; pesquisa no CEBRAP; saída da reitoria e ida para CEBRAP; a importância do CEBRAP naquele momento; trabalho sobre Plano de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI); relação do trabalho do PDRI com dissertação de mestrado; estudos de pescadores tradicionais no meio urbano, para o mestrado; mestrado em Paris e a parceria com a UFBA; mudanças no CEBRAP; ida para Paris; orientação com Jacques Chonchol; regresso ao Brasil e revisão do cenário acadêmico na Bahia e na UFBA; contato com novas biografias no mestrado na França; a volta para o Brasil e a dissertação sobre a pesca na Bahia; a direção do CEBRAP; criação de nova revista de publicações; problemas de desenvolvimento da tese de doutorado; a frente nas instituições públicas; a impossibilidade de concluir o doutorado; experiência na ANPOCS; eventos em cooperação com a França; organização de seminários; crescimento dos relacionamentos Brasil e França; estudos sobre a dimensão política do trabalho; núcleo CAPES-COFECUB; convocatória para regressar ao Brasil; relacionamento com colegas do núcleo na França; aposentadoria; carreira pós aposentadoria; nova tentativa de conclusão do doutorado; as dificuldades geradas por não ter concluído doutorado; estudos de governança urbana e lançamento de livro; concurso para pesquisadora sênior CLACSO; tentativa de defesa direta de doutorado e publicação de livro; o livro e seus estudos da agenda “da pobreza” dos partidos políticos; pesquisa sobre pobreza na América Latina e formação de curso online sobre a pesquisa; funcionamento do curso online de América Latina; convite para defender doutorado em Pernambuco; processo de aprovação do doutorado; defesa da tese; novos projetos; participação no novo mestrado a universidade; convite para participar da construção de novo doutorado; professora adjunta da Católica.

*Entrevista: 20.05.2016*

C.C. –Anete, em primeiro lugar, muito obrigado por ter aceito o convite para participar desse projeto sobre a memória das Ciências Sociais. Antes de falar da sua formação em Ciências Sociais mesmo, eu gostaria que você comentasse um pouco sobre a sua infância, formação, família de origem.

A.I. – Eu é que agradeço a oportunidade de participar desse megaprojeto que realmente é importantíssimo para as Ciências Sociais. A gente mesmo não tem tempo de pensar... Ontem, por conta da vinda de vocês, eu comecei a fazer uma trajetória das coisas que fiz e fiquei assustada, porque são cinquenta anos de trabalho de Ciências Sociais mesmo, não é? Eu tenho uma origem... Assim, o meu pai teve uma trajetória no funcionalismo público, uma longa trajetória. Vem de uma origem muito simples de um português. Ele era filho de um português que não deu certo: veio para ganhar dinheiro, mas não conseguiu. Aí vai para o Recôncavo e aí se casa uma senhora também muito ativa, mas com traços claramente indígenas. Isso na segunda metade do século XIX. Eu estou falando, o meu pai nasce no último ano do século XIX, 1899, em Maragogipe, que é Recôncavo da Bahia e ele tem toda uma formação muito autodidata. Existia aí uma formação dos irmãos maristas que era um pouco itinerante, fazia formação em vários lugares do estado e ele se beneficiou disso. Parece que os irmãos maristas chegavam, davam as aulas, passavam as lições, voltavam seis meses depois. E ele fez essa formação desse jeito. Mas ele sai muito cedo para... Enfim, ele quer sair daquele ambiente que não tinha... As possibilidades ali eram muito para que fosse trabalho feminino, pouca coisa para os homens, porque era indústria fumageira. A minha avó era repentista, era uma mulher, assim, parece... Eu não a conheci, não tive contato com ela, mas a história que se fala... Eles tiveram a socialização muito em cima... Eu ontem descobri isso, por acaso, tanto pelo lado materno como lado paterno, todos os dois avôs (meu avô pelo lado da mãe e pelo lado do pai em regiões diferentes) fundaram filarmônicas de música. Meu avô, também pelo lado materno, parece que se responsabilizava pelo cinema local e minha mãe sempre envolvida muito com arte. E meu pai entrou pelo lado, assim... Quando ele quis sair e tal, ele começa com Correios, porque foi uma forma que ele encontrou de trabalho muito jovem. Antes dos deztoitos anos ele começa a trabalhar. E daí ele entra para a área de coleta de rendas; coletor de rendas, fiscal. Aí ele tem uma trajetória muito bonita, assim, em termos de mobilidade interna e vai construindo

junto essas instituições da receita. Ele funda toda a parte do porto de Ilhéus. Ele vem para a Bahia e é diretor da área de receita do estado durante uns vinte anos. Ele constrói mesmo todo esse processo, automatiza todo o estado e tal. Participa de algumas instituições de fomento e de desenvolvimento na época, os institutos todos e termina como secretário da Fazenda, enfim, banco do estado. E trabalhou muito com Juracy [Magalhães]. Quer dizer, eles têm uma identidade, na época, por conta do Tenentismo...

C.C. – Qual era o nome do seu pai?

A.I. – Manuel Evangelista de Brito, mas ele não chega, porque ele tinha uma timidez muito grande, a ser um político. Ele era um técnico que dá suporte. Trabalhou com Rômulo Almeida, José [INAUDÍVEL], Juracy. Grande amigo dessas pessoas, sobretudo, de Rômulo e de Juracy, mas ele próprio não quis ser político. Ele preferiu ser o técnico e sabia o que enfrentava. Minha mãe tinha somente uma formação primária, mas era surpreendente. Ela aprendeu conosco. Ela vai se formando na medida que a gente vai também, meus irmãos mais velhos vão se escolarizando. Ela sabia latim, ela sabia francês, inglês menos, mas ela aprendeu isso estudando conosco, com meus irmãos mais velhos.

C.C. – Eram quantos filhos?

A.I. – Éramos quatro no primeiro casamento de meu pai. Minha mãe morreu muito cedo, morreu com... E quando ela chega tinha um programa de rádio na Bahia, que era uma coisa absolutamente inovadora, na década de quarenta, quarenta e três, e a forma que ela quando ela vem para Salvador acompanhando meu pai foi frequentar esse programa de rádio levando os filhos todos. Era um programa educativo voltado para criança, muito vinculado a Monteiro Lobato. Era um projeto chamado “A hora da criança” de um jornalista, historiador chamado Adroaldo Ribeiro Costa. Eu acho que era um ambiente cultural na Bahia, com Anísio Teixeira que tinha sido da Unesco, muito amigo de Monteiro Lobato e amigo dele também. Minha mãe se integra nesse projeto e leva a gente desde... Eu acho que nasci dentro desse projeto. O Adroaldo recompõe um pouco, transforma em teatro a obra do Monteiro Lobato infantil, a produção de Monteiro Lobato. Em 47, ele faz a primeira opereta, porque era com orquestra sinfônica. Não era teatro infantil para criança, era teatro infantil para adulto. Monteiro Lobato

vem à Bahia para ver. Ele mantém cartas com Edgar Cavalheiro que, enfim, escreveu muita coisa sobre o Monteiro Lobato. Logo depois, seis meses depois, o Lobato faleceu logo depois dessa visita que ele teve na Bahia. Nós participamos dessa primeira opereta aí. Daí seguimos, eu segui na formação... Eu acho que isso tem um efeito muito grande e era, assim, um projeto de uma educação cultural nacional. A ideia da cultura nacional muito forte.

C.C. – Mas você nasceu já em Salvador?

A.I. – Eu nasci em Salvador. Eu nasci em 45.

C.C. – Você estava falando que sua mãe morreu muito cedo.

A.I. – Morreu com quarenta e sete anos. Morreu de câncer com quarenta e sete anos. Minha irmã também morreu de um câncer também muito cedo, com a mesma idade mais ou menos, anos depois, evidentemente.

C.C. – Seu pai se casou de novo?

A.I. – Meu pai se casou de novo com uma colega de trabalho, uma pessoa fantástica, maravilhosa. Mas nós já éramos todos... Eu já tinha dezoito anos e meus irmãos, um já estava no Rio, foi trabalhar com o Rômulo Almeida na Rede Ferroviária Federal e minha irmã foi para USP, em São Paulo, na área de Letras. Tinha uma irmã também que era artista plástica, só foi para o Rio depois e que ficou na Bahia comigo. Enfim, parte desses quadros aí [*aponta para a parede*] é dela. Aquele é caribenho.

C.C. – E você estudou aqui em colégio de que tipo?

A.I. – Pois é, minha formação na escola primária é privada. Em seguida, eu passo... O ginásio eu faço em escola pública, excelentes colégios públicos que a gente tinha. Um deles muito articulado com esse projeto cultural “A hora da criança”.

C.C. – Qual era o projeto?

A.I. – O primeiro ano só que eu fiz lá, era Instituto Isaías Alves. É um complexo que tinha teatro, que tinha esporte, que tinha desde a educação infantil até a normalista, formação normal, onde esse jornalista, esse diretor desse projeto também era catedrático de história lá. Eu vou logo em seguida para Severino Vieira que era um colégio público aqui na Bahia considerado excelente, de muito boa formação, mas eu só faço lá o segundo, terceiro e quarto ano. É tão interessante, esse projeto era tão importante para a Bahia, esse projeto cultural, que as turmas femininas só eram a tarde, as turmas masculinas pela manhã, mas nós rompemos essa divisão, porque eu precisava, à tarde, estar disponível para o teatro. Como eu era a narizinho, da obra Monteiro Lobato... Tinha um diretor que era encantado, simplesmente encantado e abriu a turma pela manhã, abriu a possibilidade de meninas frequentarem as turmas matutinas por conta de uma licença para eu trabalhar a tarde no teatro. A gente teve, assim, uma turma que tinha umas cinco meninas, cada turma tinha muito pouco... Esse colégio era um colégio realmente... Mas era do lado da minha casa, então, era muito bom para mim.

C.C. – E na peça, então, você fazia a narizinho, não é? Durante muito tempo?

A.I. – Olha, na primeira opereta, que é de 47, eu sou muito criança, eu tinha dois anos de idade e participei como formiga, porque ele tinha uma criação que era adaptar os personagens ao potencial que a criança tinha. Tinha lá uma coisa das formigas e tinha uma formiga que era aquela que ficava perdida no final da fila, aquela de açúcar e que era graça, porque entrava e não tinha disciplina de palco. Então, olhava o ponto e aquilo fazia uma graça. Foram várias peças e depois eu fui, já em 50, ele faz uma outra opereta tipo revista mais, mas tem uma cena lá e eu já consigo ser chefe das formigas, eu estava grande. [riso] Depois eu vou para uma outra em que eu faço uma bruxa. Não tem filmagens, porque na época a gente não... E em seguida narizinho, narizinho eu vou em 56. Eu represento narizinho quase na adolescência, até treze e quatorze anos. Várias vezes que se repetia isso. Ele era de Santo Amaro, então a gente fez uma caravana até Santo Amaro e tal. E esse projeto onde saiu o Paulo Gil Soares da TV Globo, Quarteto em Cy, tem um artista plástico, Ângelo Roberto, minha irmã também artista plástica. Mas eram muitas crianças que passavam por lá e hoje existe mudado como rede pública em arte, mas não mais com o sentido original.

C.C. – Mas aí, depois, no colégio em que é hoje o ensino médio, na época o clássico e científico?

A.I. – Eu fiz clássico. Foram professores interessantes, eram professores que alguns tinham sido meus professores no ensino público e que tinham uma conduta um pouco diferente no ensino privado. Uma professora de português... Aqui na Bahia tínhamos três professores de português do ensino público muito reconhecidas que era Candolina [Rosa de Carvalho Cerqueira], que Caetano até cita em uma das músicas, a Maria Helena e Belmira. A Belmira era uma... Todas extremamente competentes em português e muito exigentes. A Belmira foi nossa professora em um colégio que era um colégio mais de elite aqui na Bahia e ela era uma negra pequenininha, mulher. Para ela se afirmar nisso, ela tinha que ser muito dura e ela se afirmava bem, jogava bastante duro conosco. [riso] Para você ter uma ideia, ela não chamava os alunos pela caderneta, os alunos que se apresentavam a ela diariamente, levantavam e diziam: “Meu nome é fulano de tal, sou o número tal dessa sala”. Tem Licia [do Prado] Valladares que era dessa turma. Eu era número um e Licia era número quatro. [riso] Mas aí fizemos esses três anos lá, com professores que tinham sido também do Severino Vieira. Já nesse ambiente eu já estou também fazendo um pouco de política estudantil apesar de, no colégio, eles resistirem a isso. Por influência de um professor, no último ano do ginásio... Tinha essa coisa da JUC (Juventude Universitária Católica), ela era. E meu pai agnóstico completamente, ele detestava isso. Ele que era contra. Ele era contra que a gente entrasse em qualquer formação religiosa.

C.C. – Então, sua participação era na JUC?

A.I. – É. Então, assim, eu comecei por aí e depois tive uma participação na Ação Popular também. Mas, nesse momento, tem uma professora, que até mora aqui por coincidência, que era uma professora de História, que teve uma influência importante com a formação... Isso no quarto ano de ginásio, dando Nelson Werneck Sodré, aquela coisa que a gente estudava e que continua na... Os professores catedráticos de História da Faculdade de Filosofia eram os meus professores de graduação. Professores, por exemplo, de Filosofia era um professor que era um francês, mais brasileiro, e que nos levavam toda uma coleção de arte, a gente convivia com aquilo. Era mais informal. Foi um curso muito denso do ponto de vista do convívio, muito



rígido. Era uma escola conservadora. Eu queria fazer um jornalzinho lá na escola e quis participar de congressos estudantis secundaristas. Eu me lembro muito bem da Anfrísia [Augusta] Santiago, péssima educadora baiana, ela dizia: “Aqui não existe nada disso. Só existe Anfrísia Santiago. Então, se você quer escrever um jornal, eu tenho um já criado por mim e você pode escrever nele”. Chamava *Sursum!*.

C.C. – Qual o nome?

A.I. – *Sursum*. Em latim significa para cima e para alto. A gente ria com isso, a gente brincava muito com essa história. Mas resolvemos, por uma posição estratégica... Éramos eu, Guaraci Adeodato (que foi uma das fundadoras do Centro de Recursos Humanos e faz um livro com o Vilmar Farias sobre *Bahia de todos os pobres*), que era minha colega lá, mas não de sala, ela era dois anos antes. Mas a irreverência foi nossa e de uma outra colega que está hoje na Universidade de Brasília chamada Maria Luiza Pereira. Nós escrevemos no jornalzinho dela. Eu sobre a mulher, Maria, simbolismo da situação das mulheres. Nunca fui feminista, mas eu acho que era um colégio tão feminino que eu tinha que escrever sobre isso.

C.C. – Agora, o seu curso clássico foi durante o governo Jango, não é isso?

A.I. – É 60 e 63.

C.C. – Nessa atuação política participava de algo fora da escola já ou não?

A.I. – Já, porque... Veja, eu já começava nessa coisa da ação católica.

C.C. – Ação Popular.

A.I. – Ação Popular ainda não existia, estava se formando. Mas tinha meu atual marido que era uma liderança da JUC e também foi uma liderança da Ação Popular.

C.C. – Qual o nome dele?

A.I. – Rubem Ivo. Ele era correspondente da UNE aqui também em Salvador. Ele era responsável por um jornalzinho da UNE chamado *Movimento* e um jornal chamado *Brasil Urgente*, que era mais vinculado aos jesuítas, sei lá, em São Paulo. Ele distribuía esse jornal, era responsável como redator e como distribuir disso. E era do Núcleo da Escola Politécnica na Bahia que era o núcleo forte da política estudantil na Bahia naquela época. Esse é um momento muito importante das reformas de base, a visita de [INAUDÍVEL] na Bahia. Todo um momento importante da vida nacional no estado de que eu participei ativamente. E decido, portanto... Ali, eu recrutei pessoas muito ativas para a JUC e decido ali a fazer Ciências Sociais a revelia de meu pai.

C.C. – Mas seu pai, você mencionou já, era agnóstico, não gostava muito do movimento, mas ele era mais conservador politicamente?

A.I. – Mais, porque ele estava mais vinculado à UDN [União Democrática Nacional]. Agora, com uma ideia... Tem um relato dele que ele dizia: “Eu não tenho patrão, meu patrão é o Estado”. É um depoimento que ele dá no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Quando ele morreu e fizeram lá uma edição da biografia dele e tem isso. Ele vai para o sul da Bahia em um momento, para tentar a vida, e ele encontra os coronéis para montar a arrecadação de rendas em Ilhéus para enfrentar os coronéis do cacau. Foi muito difícil para ele. Ele diz: “Eu introduzi o concurso público no Brasil, porque eu fiz uma sabatina para assumir o cargo de chefia da coisa”. Ele cita um cara que ajudou ele nisso. Então, naquele momento, o meu pai era secretário de estado do governo do Juracy. Ele sofria muito, mas ele brincava com isso, ele dizia: “Isso tudo é uma utopia de jovem, isso passa”. Ele dizia: “Eu não entendo vocês. Eu fiz um esforço enorme para dar condições para uma mobilidade social... Vocês não sabem o que foi o esforço da gente, quer dizer, das classes populares, para produzirem essa família classe média, com escolaridade de qualidade e etc., para vocês, hoje, querem jogar tudo para fora. Você tem que fazer os de baixo subirem e não você descer, porque você está querendo descer para ficar igual a eles”. Para ele era uma irracionalidade, uma inversão de valores total. Mas no final, já em 63, ele deixa o governo em março de 64 eu acho, ele pega ainda na transição a saída... Eu acho que era março de 64.

C.C. – Você começa em Ciências Sociais em 64.

A.I. – Em 64.

C.C. – E logo tem o golpe.

A.I. – E logo tem o golpe. Eu lembro claramente esse dia. Eu lembro muito do 13 de março, do comício do Jango e a gente estudando. Eu não conseguia processar com clareza o significado de todas aquelas coisas, eu era muito menina ainda... E eu estava estudando na biblioteca, entusiasmada. Eu passei, passei em segundo lugar no vestibular. Entrei para as Ciências Sociais muito feliz. Fui examinada pelos professores, descobri lá que os catedráticos em História tinham sido meus professores no colégio da Anfrísia, no colégio secundário. Aí, a coisa piorou, a coisa ficou meio pesada e tal. Meu pai já tinha se casado e não morava... Estávamos eu e minha irmã sozinhas nesse apartamento que era muito perto da escola, do colégio. Aí, de manhã, muito cedo, chega uma colega minha e diz: “Levante-se, levante-se, porque a revolução...”. “Que Revolução?”. “Vamos sair, vamos correr, vamos para faculdade”. E eu me lembro que eu fui para saber o que estava acontecendo. As comunicações eram muito difíceis naquele tempo. E Rubem, nesse momento, que era uma liderança estudantil e tal, morava na residência estudantil e a irmã dele também na residência estudantil feminina. Ele estava preocupado com a irmã, preocupado comigo, preocupado com ele também... Então, eu não sabia o que ia acontecer. Eu fui e disseram: “Está todo mundo na Escola de Medicina”. Eu fui para a Escola de Medicina. Chegou lá, fecharam a porta. Tinha uma assembleia geral com Betinho, um dos dirigentes da UEB (não era Betinho de Sousa não), e Paulo Mendes – colegas da Politécnica de Rubem. Eu não encontrei Rubem. Aí fecharam a porta: “A polícia está chegando”. Saímos por uma janela bastante alta lá no terreiro que cederam à gente. A gente conseguiu pular dessa janela, mas saímos todos. Mas, então, foi, assim, um momento conturbado até entender as coisas. Rubem sumiu, porque ele foi para o interior para tentar ficar sossegado nesse processo e esperar o que ia acontecer.

C.C. – Mas foi uma surpresa para vocês, na época?

A.I. – Para mim foi, pode ser que para ele seja diferente, porque eu acho que meu grau de politização e de consciência como secundarista ainda, com dezoito anos de idade, você não tem

essa clareza dessa... Tinha um desejo de mudança muito grande, um forte de transformação da nação, da necessidade desse juventude assumir um protagonismo de mudança, mas eu acho que eu não tinha essa clareza das implicações que isso assumia. Me lembro também o caso do Jango, da renúncia do Jango, também desses tempos antes e essa questão. Isso não estava muito claro, porque também os militares não imediatamente... Então, era uma coisa ambígua, as informações chegavam aos poucos para a gente processar tudo isso. Então, eu segui, na faculdade, no primeiro ano. Foi esse ano conturbado. Lembro que eu tive que entrar para o Diretório por uma razão simples, porque a mudança da vida estudantil implicava que os estudantes que estivessem no Diretório fossem estudantes com notas muito altas. Só quem estava com desempenho escolar bom podia participar do Diretório. O Diretório era muito rico nesse momento, porque tinha Caetano que fazia as primeiras músicas, composições. Ele vivia sentado naquela escada tocando e tal. Mas ele, logo, no segundo ano, entrou para a carreira artística, definitiva e tal. E o segundo ano, eu fui ser aluna do Thales de Azevedo, e passo, portanto, a ser uma auxiliar do Thales na área de pesquisa.

C.C. – O Thales dava que cadeira nessa época?

A.I. – Era Antropologia Física e Cultural. Eu acho que era Antropologia Física e Cultural, a disciplina.

C.C. – Era médico de formação, não é?

A.I. – Ele era médico de formação, trabalhou com Josué de Castro, foi para o Rio. E o Thales fazia aulas, assim, magistrais. Até hoje eu não me esqueço, passava dois, três dias fazendo aquelas aulas, nos informando, as referências internacionais para a gente estudar, fazendo a diferença entre Antropologia Física e tal. A questão das raças também para ele era importante, mas não só das relações raciais negras, ele falava dos índios também. E ao mesmo tempo muito cristão, um cristão conservador que Thales era. Ele falava de [Pierre] Teilhard de Chardin, enfim, toda uma teoria lá. E ele me chamou, então, para trabalhar com ele. Ele me chama para trabalhar com ele em uma pesquisa, que era um grande *survey* que ele fazia nos alagados sobre catolicismo popular na Bahia e eu vou trabalhar com ele. Mas eu já o conhecia, Thales, porque no colégio – eu ia esquecendo de falar isso – eu, muito curiosa pela rede da coisa da ação

católica, e essas minhas colegas que eram de dois anos antes... O Thales criou o Instituto de Ciências Sociais na Bahia, acho que em torno de 63, 65, por aí. E eu fui lá para ver se era isso mesmo que eu queria fazer e fui assistir os cursos no Instituto de Ciências Sociais. Esse foi um curso onde veio Semenzato. E ele abriu esses cursos com a ideia de pós-graduação, ele é pioneiro nisso. Ele traz toda uma literatura americana para cá – apesar da minha formação ser muito francesa depois, mas esse início... E veio Moacir Palmeira, Luiz Antônio Machado, do Rio eu me lembro desses dois, mas muitos colegas da Ação Católica, que, naquela época, já estava virando Ação Popular e compuseram esse núcleo original. Então, eu já frequentava esse Instituto. Eu acho aquele Instituto um máximo. Fui aluna de Moacir e não entendia nada.

C.C. – Ele era muito novo também, não é?

A.I. – Ele era muito menino, mas não era porque ele não tinha clareza, porque, para mim, tem um raciocínio abstrato da questão da interação ego e alter, e botava self. Até hoje eu digo a ele: “Moacir, eu não entendia nada daquela aula que você dava sobre ego e alter. Eu queria saber quem era ego e quem era alter, eu não conseguia materializar”. Mas, enfim, foi muito importante isso e foi muito importante também a chegada, ainda no colégio secundário, da Kátia Mattoso na Bahia. E aí eu fui puxada mais por Licia Valladares, que ela soube da chegada ou a família dela conhecia a Kátia, e nós fomos assistir as aulas de Kátia na Universidade Católica de Salvador, porque ela não foi para a Federal, ela entrou na Universidade Católica. Excelente historiadora.

C.C. – Vocês podiam circular de uma instituição para outra, assistir aula?

A.I. – Ela pediu a Kátia se permitia e nós éramos, quinze e dezesseis anos, meninas, para ela devia ser a glória dela ter duas estudantes, fui eu e Licia. No Instituto de Ciências Sociais também foi por ela. Havia sido feita uma seleção difícilíssima para entrar. Esse pessoal tinha chegado. Então, tanto Maria Luiza Pereira quanto Guaraci quanto a tal professora de História foram fazer o curso também e aí eu soube disso e digo: “Será que dá para assistir umas aulas e eu ver? Eu quero fazer Ciências Sociais”. Isso já era na véspera quase do vestibular. Sendo aluna de Thales, ele me chama talvez, por duas razões eu acho: uma porque eu já era secretária geral do Centro e ele era diretor da Faculdade, uma proximidade eu acho que era estratégica

também. [riso] E segundo por conta também de um certo desempenho meu, interesse, motivação que eu tinha para a coisa. Aí eu fiz esse trabalho com Thales, passei um mês lá dentro dos alagados.

C.C. – Esse *survey* sobre catolicismo popular?

A.I. – Popular, que depois fundamentou também...

C.C. – Você fazia o quê? Aplicava questionário?

A.I. – Aplicava questionário. Batia de porta em porta, recompunha aquela coisa de uma pesquisa de campo daquelas que a gente desenha rua, recompõe o mapa daquela favela, invasão por cima do mar... Eu fiz essa coisa e levei uns dois meses lá entranhada nessa...

C.C. – Você lembra quando foi o resultado do *survey*?

A.I. – Eu nunca vi um resultado sistemático de relatório feito por Thales. Sei que ele fez um dicionário nessa ocasião. Alguns anos, três anos depois, sai um dicionário, em Nova York, sobre (no meu memorial eu tenho o nome desse dicionário) alguma coisa sociocultural e católica, alguma coisa assim. É um dicionário que eu acho que ele publica em Lisboa, luso-brasileiro, e sai publicado em inglês, em Nova York. Se essa pesquisa valeu alguma coisa para o resultado desse trabalho eu não sei.

C.C. – Mas você trabalhou com ele só nessa pesquisa?

A.I. – Só nessa pesquisa.

C.C. – Quanto tempo isso durou?

A.I. – Foi um ano, um ano e pouco. Só que Thales, nessa ocasião... Quer dizer, muita influência também do Donald Pierson, que ele era muito amigo da Sociologia Política na USP, e ele era muito vinculado a Donald Pierson, queria que eu lesse essas coisas todas. Então, eu tive

influência sim desses estudos de comunidade, que eu fazia também uma crítica a isso por uma formação que a gente chamava histórico estrutural marxista pelo outro lado. Então, eu sempre combinei alguns estudos socioculturais com uma certa crítica, mas tentando integrar essa dimensão cultural, política, ideológica dentro do esquema analítico mais marxista. E Thales traz para a Bahia... Eu acho que a importância dele... Eu tenho um texto que eu escrevo sobre a experiência de Thales nesse período. Quando ele faleceu, fizemos dois volumes especiais da tarde e eu dou um testemunho para isso. Recentemente, eu acho que a Academia Baiana de Letras pediu, eu estava viajando, mandei esse texto meu como depoimento. Ele traz para a Bahia... O Instituto é fechado pela repressão. Não claramente, explícito, que era pela da repressão. Ele vai ser diretor da Faculdade de Filosofia e ele sempre foi um cara muito agregador, de trazer muita gente e fazer da Bahia um centro para o mundo também. Ele tinha uma articulação grande com São Paulo.

C.C. – Ele era amigo de Anísio Teixeira também, não é?

A.I. – Muito amigo de Anísio Teixeira. Desde essa experiência que eu tive lá era vinculada a Anísio Teixeira. O Anísio Teixeira foi da Unesco, ele produz para a Unesco as elites de cor na Bahia e ele traz... Ele participa muito por conta desse trabalho publicado em cinquenta e cinco. Ele participa das bancas de Florestan, de Octavio Ianni. Todas essas bancas sobre relações raciais em São Paulo ele participou. Curiosamente, eu não trabalhei com ele diretamente sobre relações raciais, eu trabalhei com ele com processo de aculturação, religiosidade popular.

C.C. – Também, ele trabalhou com muitos temas, não é?

A.I. – É. Sobre cotidiano. O livro dele sobre população da cidade de Salvador é um livro que me influenciou muito quando eu fiz o mestrado. E desse ano também a gente tem...O Milton Santos sai da Bahia para a França. Uma espécie de autoexílio, porque não chegou a ter uma... Eu acho, não tenho certeza. Eu acho que, além do Thales, um dos primeiros núcleos de profissionalização das Ciências Sociais pelo lado da Geografia Humana foi Milton. E aí ele foi substituído na minha turma, no primeiro ano, por um professor muito jovenzinho, chamado Sílvio Wanderley de Melo, que é meu colega hoje na Universidade Católica, porque eu voltei para lá depois de me aposentar da Federal. Ele, esses dias... Eu disse: “Olha, eu estava lendo

esses dias o meu memorial e vi que cito você no meu memorial”. Aí ele: “Ah é? Sobre o quê? Anete, eu não esqueço...”. Porque ele participou do tal dicionário com Thales e Thales me colocou de uma forma improvisada para eu dar essa aula. Eu chego para dar o primeiro dia de aula, está ele sentado no final da turma, lá no fundo. Quando terminou, eu saí realmente... Eu fiquei muito embaraçada, quando eu saí ele disse: “Olha, excelente aula. Gostei muito. Tudo bem, você vai ficar com a disciplina”. E aí nós recebemos muitos franceses, que o Milton, em uma cooperação mandava, que nos deram aula de Geografia Humana nesse primeiro ano de Faculdade. No segundo foi com Thales. No terceiro ano vem para a Bahia: Perseu Abramo, Klaas Woortmann de Brasília, István Jancsó de São Paulo.

C.C. – Com o István também você vai trabalhar como assistente? Como foi? Era húngaro, veio para cá... Transilvânia, não é?

A.I. – [riso] O István... A trajetória dele é muito interessante.

C.C. – Ele era de São Paulo, ele foi convidado para ser professor aqui?

A.I. – Eu acho que foi convidado e se ofereceu também. Eu não sei exatamente, porque ele disse que ele trabalhava com o professor França, que eu não conheço quem era, na USP, era um professor de História. Mas depois ele...

C.C. – Ele tinha uma militância política também.

A.I. – Depois, até comigo. Assim, antes, quando ele chegou, ele era comissário de bordo não sei se da Real, uma dessas empresas de aviação, e ele fazia Nordeste e São Paulo sempre. E ele veio fazer alguma coisa em Cabedelo e ficou encantado com Cabedelo na Paraíba. Eu não sei muito essa história. Eu sei que ele ficou lá e depois foi fazer um estudo, esses estudos também regionais em Cabedelo. Voltando, ele esteve na Bahia, conheceu algumas pessoas aqui da Bahia, inclusive, João Ubaldo Ribeiro. E Thales de Azevedo estava recrutando muita gente para a formação do curso de Ciências Sociais. Uma parte desse curso tinha ido para a formação da Universidade de Brasília, também papel de Anísio Teixeira. Então, o Thales... Não sei como o István vai ensinar História Social no curso de Ciências Sociais, tanto que ele sofre muito na



Bahia com o fato de dizerem que ele era mais sociólogo do que historiador. Então, ele começa com o núcleo. István sempre gostou de trabalhar muito com os alunos, era uma pessoa, assim, com uma permeabilidade muito grande com os alunos. E vem também, voltando de um mestrado dos Estados Unidos, para a Escola de Administração, João Ubaldo Ribeiro e eles são grandes amigos, em um primeiro momento, uma amizade muito forte apesar de terem rompido essa amizade tempos depois. E István também com Kátia Mattoso. Ele tinha um trabalho de amizade. Ele tem um papel... É uma das pessoas que funda a Associação de Professores na Bahia. Ao mesmo tempo, ele passou pela Ação Popular também, em um determinado momento. Eu começo a trabalhar com ele mais diretamente em três campos que a gente teve uma parceria importante e depois viramos grandes amigos. No casamento dele fomos eu e Rubem os padrinhos; e João Ubaldo e a mulher de Ubaldo fomos os padrinhos desse casamento. O István era muito empreendedor. Naquele momento está surgindo essa Secretaria do Trabalho do Estado e Bem-Estar social do estado da Bahia. Ele viu ali uma possibilidade de uma articulação entre universidade e estado na área de pesquisa e, ao mesmo tempo, em uma área importante que era a questão da mão-de-obra operária, o conhecimento, o sindicalismo.

C.C. – Nas indústrias.

A.I. – Nas indústrias. E aí, ele cria... Eu me lembro que eu não sabia o que era monografia assim como dissertação e ele cria um concurso de acesso recrutando pessoas da universidade para formar o quadro de pesquisadores da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social. Isso é, mais ou menos, em 67 e eu tinha trabalhado com ele naquele trabalho de conclusão de curso, que é uma experiência... A gente tinha que fazer um trabalho final de curso e ele viu a coisa mais perto. Tinha um fenômeno que tinha sido uma catástrofe na Bahia com as chuvas e a locação de grande parte da população desalojada das casas e a criação do primeiro projeto de casa popular. Então, nós fizemos um trabalho sobre assistencialismo na Bahia – era minha dissertação de conclusão de graduação. Essa dissertação eu ainda preciso retornar, porque eu tenho um material fantástico sobre clientelismo, todos os pedidos que era para dar casa para Fulano de tal da Igreja, pedindo isso, mas que eu nunca processei, não cheguei a processar. Aí eu saio logo para Setrabes trabalhar com ele e nessa Secretaria...

C.C. – Setrabes era Secretaria...?

A.I. – Do Trabalho e Bem-Estar Social. E nessa muita gente nossa foi recrutada. Todo o pessoal que estava e que tinha uma vinculação não só em termo de política estudantil, mas também de pesquisa, pessoas que tinham o potencial grande de pesquisa. Então, para a área... Tinha um departamento de mão-de-obra, um departamento de artesanato e um departamento de bem-estar, me lembro bem. Eu fui para o de mão-de-obra. A gente faz um plano trienal, era na época de Castello Branco, da Bahia para a área e eu lembro que eu escrevi alguma coisa para esse plano trienal sobre a formação sindical dos trabalhadores e tal. Mas logo em seguida, a gente resolve fazer... A gente não, porque eu era fichinha, quer dizer, eu era levada por essas pessoas. Tanto István como João Ubaldo, João Ubaldo sai logo, mas quanto o Perseu vão ser assessores do secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, que era para realmente trazer algo de consistente em termo de pesquisa pública na área social. Klass vai para a área do artesanato. Trabalham com ele, me lembro, acho que Beth Capinan, acho que a Jussara Moraes (que depois foi para São Paulo) e trabalha Vanda Sá Barreto, se não me engano, nessa área, porque era uma área menor e eu consigo localizar quem eram as pessoas. O meu departamento era grande, era muito associado também à Secretaria de Planejamento. Ele resolve fazer essa grande pesquisa, que era uma pesquisa sobre mão-de-obra operária industrial na Bahia, que tinha uma parte toda sobre quem era... Para entrar na Setras, eu fiz um pequeno trabalho em que eu mostrava a ambiguidade na formação operária, quer dizer, entre o campo e a cidade. Eu já tinha isso, porque eu tinha feito um trabalho anterior sobre um assentamento de reforma agrária para a Universidade Católica e, então, eu faço a ambiguidade entre o rural e o urbano na formação operária. A ideia de que o cara chega lá, mas ele quer voltar para terra, ele quer monetarizar os ganhos dele para poder conseguir comprar a terra. Aí eu trabalho nesse projeto com ele. Depois eu saio, vou para São Paulo, mais por conta de Rubem do que por mim, por questões mais de opção política dele. Eu fico um ano, mas volto.

C.C. – Mas aí já formada?

A.I. – Primeiros anos de formada. Eu volto e István imediatamente me incorpora. Nós tínhamos um programa que chamava “Efeitos sociais da industrialização na Bahia”, que era um programa com certa ambição do ponto de vista do desenho programa que era a recomposição da formação operária de 1870 a 1970. Me lembro bem que era um século. Era um programa na área de

historiografia social vinculado a disciplina que ele dava que era historiografia. Eu começo trabalhando, um pouco, no apoio a isso, como assistente dele. Tinha uma outra assistente, mas não era mais... Tipo hoje nós chamamos IC, era já assistente para o ensino, inclusive. Tinha uma professora chamada Regina Romano de São Paulo, que hoje acho que está em Jundiaí, nunca mais estive com ela. Então, ele tinha esses dois: uma socióloga, uma historiadora, que dava suporte a isso. Tinha a articulação com Kátia Mattoso. E no nosso núcleo tinha uns dez estudantes conosco, que fazíamos trabalhos em vários campos. Por exemplo, fazíamos a recomposição, pelo jornal, de formas de rebeldia, de resistência, que tivessem noticiado no jornal do século XIX sobre imprensa, gráficos, todo esse material que a gente levantava. Tinha uma aluna que terminou sendo diretora da Faculdade de Filosofia que se chamava Maria Tereza Aragão, que fazia essa parte de jornal e a gente ia cadastrando o levantamento das paróquias todas para saber o comércio e a constituição dos bairros. Tinha um aluno, na época, era liderança do PCB aqui na Bahia, chamado Eduardo Santiago, Dida, que até hoje trabalha no tribunal de justiça do estado. Lena, que naquele tempo, namorava... Um grupo associado ao Sérgio, Juca Ferreira (ministro) era também estudante, tinha Ubiratan Castro (que é um grande historiador e dirigiu aqui a Fundação Pedro Calmon). Eram esses os estudantes desse núcleo. [riso] Nós tínhamos um hábito de discussão toda sexta-feira extremamente gratificante, produtiva. Enfim, foi esse trabalho com István. Eu fiz um trabalho sobre o levantamento da produção das mulheres e não valorizei isso. Eu tenho um arrependimento enorme disso, porque eu passei um ano dentro da fábrica Empório Industrial, levantando nos livros contábeis o pagamento semanal das mulheres por produção do fio na fábrica de tecido. Levei um ano levantando isso. Depois fiz um levantamento sobre estivadores sobre a questão também... A gente pegou os três setores da economia para tentar compor. Esse trabalho eu não concluí. Eu escrevi a primeira parte do livro... Pelo menos o crédito que ele me dá, a primeira versão... A primeira redação eu faço na introdução onde eu tento a recomposição sobre heterogeneidade do processo de industrialização na Bahia, uma certa regionalização. E o primeiro capítulo que é sobre: o que são as classes na Bahia? A classe operária na Bahia? Eu vinha com uma categoria muito rígida do que é a classe em si, classe para si. Eu queria que fosse tudo para si, mas era discutível se era em si, até. Então, gostaria de ler, porque eu perdi esse trabalho. Eu dei à Faculdade e eu não fiquei com nenhuma cópia. São dois tomos enormes. Tem na Faculdade de Filosofia.

C.C. – Só para entender, você se formou no final de 67, não é?

A.I. – É.

C.C. – Em 71, você começa a dar aula como professora?

A.I. – 70.

C.C. – Então, 68 e 69...

A.I. – Eu vou para Setras.

C.C. – Mas você mencionou uma ida à São Paulo?

A.I. – Eu fui e voltei, porque eu estava grávida. Rubem, em relação à Ação Popular, também tinha se deslocado, queria fazer um trabalho. Então, eu fiquei lá esse período.

C.C. – Agora, só para entender essa...

A.I. – Mas fiquei com a redação desse trabalho...

C.C. – Então, nesses dois anos aí antes de começar a ser professora, você mencionou que continuava a militância política, o Rubem principalmente. Ao mesmo tempo, estava o fechamento do regime avançando ferozmente, não é? Como era essa militância e o risco que vocês sentiam na época?

A.I. – O ano de 65, 66 foi muito... Nós casamos em 65... E foi um ano também de muita manifestação estudantil, a gente ainda tinha muita manifestação estudantil de rua. Rubem já era engenheiro, mas ele era uma liderança regional. Essa parte dele... Eu fui, por exemplo, trabalhar, acho que em 69 ou 68... Eu faço uma incursão em um bairro popular com o Paulo. A minha função era de estudo ao mesmo tempo tentando agregar um núcleo de jovens da periferia com um padre, não sei se era Renzo, eu não me lembro mais o nome dos padres. Mas,

assim, existia lá um centro abandonado de saúde. Esse padre tinha um grupo de jovens e eu fui trabalhar com esse núcleo de jovens. O mecanismo, eu me introduzir, cheguei a morar lá, foi de fazer alfabetização de bairro.

C.C. – Usou o quê, método Paulo Freire?

A.I. – Paulo Freire. Eu nem conhecia muito, fui estudar esse negócio e era sozinha, era um isolamento, para mim era um sofrimento enorme. Mas ao mesmo tempo, eu tinha uma ideia muito da minha identidade como pesquisadora e eu não queria perder essa identidade fazendo trabalho... Mas a essa altura, Rubem já estava trabalhando em outro estado. Quer dizer, a gente, nesses primeiros anos, não tínhamos, assim, uma coisa clássica de vida de recém-casados por conta dessa dinâmica. Então, eu acho que a primeira parte é 69 ou 68 por aí, porque eu ainda não tinha filhos. Em 69, eu estou grávida, foi quando eu fui à São Paulo tentar ficar com Rubem um pouco e voltei já para o nascimento da minha filha. Não, eu estou contando errado. Eu acho que fico com István em 68. Eu acho que 68 antes, que é logo depois do Setras...

C.C. – Bom, final de 68 tem o AI-5.

A.I. – Mas foi exatamente, esse pedaço ficou muito pesado para gente. Rubem sai e tal. Então, eu fui para São Paulo. Eu sei que eu fui para São Paulo em 69 e passo um tempo, não muito tempo, por conta da minha gravidez e para ficar um pouco com Rubem – ele já tinha ido antes do que eu. Em 70, eu faço o concurso... Em 70, 71, não sei. Em 71, eu entro na Faculdade de Filosofia eu acho. Então, é isso, em 70 que eu fico com ele.

C.C. – Seu currículo é março de 71.

A.I. – Então é isso. Então, é 70 que eu fico com ele. Então, essa experiência toda do grupo é 70.

C.C. – Mas como era militar nessa época? Porque, assim, as organizações de esquerda estão sendo dizimadas...

A.I. – Esse esforço meu... Eu fui para o bairro, ele saiu. Ele largou o trabalho que ele tinha. Teve um momento... Primeira coisa, por conta do *Brasil Urgente*, ele teve que sair enlouquecido para tirar do apartamento dele esse jornal, mas isso logo em 64. E essa militância nesse período, já no final, é uma militância... Quando sai o AI-5, em 68, eu estava nesse bairro lá com esse padre, que eu acho que era padre Renzo, se não me engano. Foi aquela coisa, uma depressão enorme e depois uma solidão muito grande, porque todo mundo quer resistir, mas com uma dificuldade de comunicação, muito sozinho.

C.C. – Você mencionou que até 68, 65 a 68, tem uma mobilização, comícios e coisas. Mas com o AI-5 a coisa muda, não é?

A.I. – A coisa muda. Nesse momento, Rubem sai. Ele, primeiro, era diretor da companhia de energia elétrica da Bahia e o carro ele emprestou para os estudantes e o pessoal foi preso colando cartaz de resistência e tal. Então, ele foi preso em consequência disso.

C.C. – Aqui em Salvador?

A.I. – Aqui em Salvador. Foi um sofrimento muito grande para mim, naquele momento, porque eu fiquei em casa sem saber de nada, esperando ele voltar do trabalho. Eu ainda recebi na Setras, nessa ocasião, um telefonema que parecia que era do trabalho dele, e não era, era do cara que estava fazendo enquete com ele dizendo: “Olha, vá para casa, porque o Rubem deixou aqui um recado para a senhora, que a senhora pode ir para casa, porque ele teve outro compromisso e não vai poder lhe buscar”.

C.C. – Estava preso.

A.I. – Ele já estava preso.

C.C. – Ele ficou preso quanto tempo?

A.I. – Foi muito rápido. Ele foi solto imediatamente. Esse foi um momento muito difícil para

mim, porque... Para o meu pai, que era muito conservador (não era um conservador militante), mas para ele era uma desmoralização a sensação... Eu nunca tinha visto meu pai chorar e ele gostava muito de Rubem. Então, depois nós recebemos... Rubem consegue dizer a alguém que faz um telefonema anônimo dizendo que ele estava em tal lugar, assim, assim. Aí foi a minha luta para localizar. Eu não queria fazer a biografia de Rubem, por isso eu dei um salto. [riso] Mas, assim, a gente localiza. Eu estava muito triste. Meu pai foi tentar falar com pessoas que ele conhecia para ver se soltava e tal. Ao mesmo tempo, eu lembro, o dia e a noite na frente do lugar que ele estava detido, eu e a irmã dele, para tentar ver senão tiravam ele de lá e sumiam, aí a gente não sabia mais. E aí já fui decepcionada, porque nada acontecia, ele não saía e tal. Vamos para casa almoçar. Quando chego em casa, batem na porta, no que eu vejo é ele. Depois disso ele diz: “Não tem muita condição de ficar e tal”.

C.C. – Aí foi para São Paulo.

A.I. – Aí ele foi para São Paulo. Com a gravidez, foi um momento muito difícil para mim, porque não tinha notícias. Não tinha notícias naqueles... Eu sabia que ele estava lá, mas não tinha notícia. Na realidade, eu acho que eu tenho uma consciência de gravidez, porque eu não sabia o que ia acontecer. A minha primeira filha foi muito uma coisa, assim, de marcar a nossa relação e de preservar o que a gente tinha. Aí em 70, eu volto e fico...

C.C. – Faz o concurso.

A.I. – Não, fico com István um tempo nessa coisa de historiografia e István vai preso. Eu acho que por conta do Juca, alguma coisa vinculada, porque já não era vinculação conosco em termos de... Ele tem outra rede política que ele se envolveu. Ele é preso e eu fico no departamento sossegadinha, com aquela situação. O acervo é completamente desmontado. As pessoas têm muita curiosidade de saber o que era aquele acervo. Ao mesmo tempo, eu fico um pouco desfiliada, digamos assim, do ponto de vista intelectual, muito só também nesse processo.

C.C. – Thales ainda estava na Universidade?

A.I. – Thales já não estava como [INAUDÍVEL]. Mas nós tínhamos um diretor de faculdade que era daquelas pessoas tranquilas, mas que conseguiam saber como conduzir as coisas. Por exemplo, no meu primeiro ano de ensino, eu tinha uma autocensura no sentido de não colocar textos explícitos marxistas, por exemplo. Então, pegava uma literatura mais francesa, inglesa, americana, colocava nos compêndios de Introdução à Sociologia, por exemplo. Só que um dia eu chego na Faculdade... Eu fiz uma coletânea muito pela herança do Thales e do István. Eu escrevia uma espécie de livro, uma espécie de coletânea, um programa do curso, programa da disciplina e todos os textos que fundamentavam isso. A gente passava em offset, imprimia, botava uma capa e eu colocava para os alunos. Um dia eu chego, estava em polvorosa: “Todos os seus trabalhos estavam presos, foram retidos”. Eu digo: “Mas retidos por quê?” Então, disse: “Professor disse que a senhora não pode estar com esses textos sem a autorização dele, precisa passar por uma autorização”. Aí eu vou, muito aflita, para a diretoria da faculdade, mas sabe que era aquela coisa de ciúmes de colegas que sempre tem, e ele, muito sabiamente, falou: “Olha, me pediram, disseram que isso não era legal, porque você estava fazendo uma publicação que não tinha passado pelas estruturas autorizadas. Está autorizado, você pode agora trabalhar com seus textos. Queriam que eu autorizasse, estou autorizando. Então, a senhora pode voltar e fazer sua aula”. Só que nesse tempo, realmente, era um momento que eu, por exemplo, percebia em sala de aula... Tinham pessoas que a gente sabia que não eram os alunos matriculados tradicionais.

C.C. – Olheiros.

A.I. – Olheiros que, enfim, na saída ficavam me perguntando: “Mas o que você fez no mosteiro...”. Hoje, eu até consigo explicar... Ele me fez uma pergunta sobre mosteiro de São Bento que eu nunca consegui entender, depois que eu me lembrei de Dom Abade e a JUC que passava muito aquilo. O pessoal sempre levava o tal de um pacote de pão, uma revista que era um radiozinho. Um dia, meus alunos, em uma alegria muito grande, disseram: “Ele é polícia. Pega esse radinho dele. Isso é gravador”. Me lembro bem que foi um dia que eu fui discutir a “Revolução Brasileira” de Caio Prado. Então, surgiu aquela tensão e eu digo: “Não, não é anda disso e tal”. Depois, uma segunda filha minha, eu já dando aula Sociologia II (que eu tinha que dar Mudança e Controle), eu estou dando aula... Tinha um cara que vivia sempre com um negócio de equipamento quase parecido com esse, entrava na sala do lado e isso era uma



aflição, porque eu, muito sossegada... Eu realmente era muito tranquila, não me metia em muita coisa nesse período por conta de eu saber que tinham coisas mais difíceis para mim. Aí, houve uma solicitação... Aí, abriu o mestrado em Ciências Sociais. Esse mestrado era formado de um núcleo de professores que não era exatamente com os núcleos que eu tinha trabalhado, com essa tradição mais histórico-estrutural marxista. Ou seja, nem do Thales e da Maria Brandão, que era filha do Thales (que também foi minha professora, eu também convivi, mas ela saiu logo para estudar nos Estados Unidos, fazer o mestrado), e nem com o Thales. Então, eu fui fazer esse programa sem saber se eu ia entrar. Então, eu faço um trabalho com essa tradição de estudos de historiografia, porque era temático. O mestrado aqui tinha começado com uma articulação com a USP, em cima com Luiz Pereira, com Maria Isaura [Pereira de Queiroz], que vieram para a Bahia dar os cursos. O próprio Perseu era aluno e professor. Tinham pessoas que eram alunos e professores.

C.C. – Ele fez esse mestrado?

A.I. – Fez esse mestrado na Bahia. Mas foi o momento que eu estava fora, 69.

C.C. – Mas, ao mesmo tempo, a Inaiá [Maria Moreira de Carvalho], se não me engano, foi orientanda dele, não é?

A.I. – A Inaiá foi orientanda dele e de Luiz Pereira. Então, era a época da discussão do desenvolvimento e tal. Então, se criou esse núcleo e era temático, porque o primeiro ano foi “Recôncavo” e o segundo ano, nesse período, era “Família no século XIX”. Era História Social e Sociologia da Cultura. Eu disse: “O que eu vou fazer?”. Eu pego essa ideia da transição que eu já vinha trabalhando e da historiografia, e coloco o papel da negra na sociedade de classes. Então, o meu trabalho de introdução... Mas aquilo não iria virar a dissertação, não necessariamente, mas era uma espécie de monografia que a gente escrevia para entrar no programa. Não era programa ainda, era só mestrado, não sei se era Ciências Sociais, porque era História, Antropologia e Sociologia. Aí, eu passei em primeiro lugar, no concurso do mestrado. Mas eu fui ser orientanda de Zahidé Machado Neto com quem eu não tinha... Era minha colega de departamento... Eu já tinha uma situação um pouco diferenciada...

C.C. – Zahidé já era professora?

A.I. – Já era professora. Tinha vindo de Brasília. Era um núcleo de oposição com Maria Brandão. Então, ao mesmo tempo, eu me filio a ela, não tinha outra, era um núcleo muito pequeno de professores. Ela foi muito receptiva. Então, ela dava um curso sobre a mulher no século XIX, alguma coisa assim e eu trabalhava com ela nessas coisas. Terminou que era um trabalho muito auto-ditada, porque ela deixou muito livre também. Ela também tinha muito interesse em conhecer o acervo do István, o que era aquele acervo... Nesse momento, eu indiquei algumas possibilidades e tal. Logo em seguida, eu fiz um curso com Pedro Agostinho, que era o filho de Agostinho da Silva, e que tem um núcleo muito vigoroso de... A gente forma ali o primeiro grupo de estudo sobre campesinato e o Thales vem ser aluno, porque o Thales tinha inaugurado na Bahia essa coisa da ABA com seminários de Antropologia, ele costumava ter isso. Ele estava saudosos dessa condição de poder partilhar da formação de estudante de campos de discussão. Tanto ele como Maria vêm assistir os seminários com o Pedro, que eram muito partilhados com os estudantes. Nós fizemos uma leitura daqueles clássicos todos do campesinato e tal. Tinha uma coisa que era muito interessante na minha contribuição para isso, porque eu tinha uma formação estrutural da Sociologia que, quando eu interagia com a Antropologia nisso, dava uma combinação que não era tão polar como era, eu tentava fazer a integração entre a dimensão cultural, micro dos estudos do campesinato com a dimensão do desenvolvimento, das estruturas, entre tradição e modernidade, desenvolvimento e etc. Então, desse trabalho com o Pedro eu tive que interromper, porque o programa só se renovava por turma, o que era uma beleza, tempo bom... A gente não tinha estudante de massa assim. E eu tinha que fazer minha dissertação. Nesse período eu fui indicada por uma colega. Estavam procurando na reitoria uma pessoa para fazer uma assessoria na área de pessoal docente e eu não tinha ainda dedicação exclusiva, e eu estava tendo a segunda filha. O Rubem já tinha voltado, a gente estava super bem. Aí, eu fui indicada para isso. Eu passei um tempo na Secretaria de Saúde dirigindo a área de pesquisa em saúde, mas muito pouco tempo na área da Secretaria de Saúde, implantado lá uma fundação de saúde do estado da Bahia com estudos sobre migração da doença, medicina popular. Foram três projetos que eu fiz e o próprio sistema de saúde, mas só ficaram os projetos, não chegaram a ser desenvolvidos não naquela época. E eu vou para a reitoria para ser assessora da Superintendência Acadêmica e depois da Assessoria de Planejamento. Passo cinco anos lá.

C.C. – Faz mestrado estando nessa profissão?

A.I. – Cinco anos duríssimos, porque eu não deixei de dar aula, eu não deixei de fazer o mestrado e eu fazia assessoria. Aí, fiquei com uma experiência em ensino superior. Trabalhei, nessa ocasião, com Maria Angélica Matos que foi uma pró-reitora muito ativa, também com Ivete Oliveira, que depois foi a secretária de trabalho e bem-estar social em uma época e, por fim, com Jorge Hage na Secretaria de Planejamento, antes dele ser prefeito. Aí, eu implanto... Na UFBA já existia um estudo feito pelo Sistema de Automação um pouco para ajudar no planejamento, do que era planejamento didático dos departamentos. Eu faço um estudo sobre a departamentalização da UFBA, onde eu analiso as inversões totais dos departamentos - departamento que só tinha titular, outro que só tinha auxiliar de ensino - e apresento lá para o reitor. Isso significava uma assessoria ao vice-reitor para abertura de concurso, retomando decisões dessa natureza. Ao mesmo tempo, um estudo sobre uma universitária, onde o coordenador geral era Jorge Hage. Tinha uma outra que era Iracy Picanço, que depois deram para o CRH, e Nádyá Castro também, que era Castro nesse tempo e que também veio a ser do CRH, mas que começa também nesse trabalho lá na reitoria coordenando uma parte, muito inteligente, tinha vindo de Brasília e que integra também esse núcleo. Aí, eu digo um dia: “Não aguento, quero sair daqui”. Porque também mudou o reitor e o novo reitor era muito difícil de trabalhar, porque era uma pessoa muito personalista, muito irregular do ponto de vista de humor. Um dia eu dei um parecer e ele falou que eu não tinha... Eu dei um parecer sobre se contratava ou não. Era uma coisa muito quantitativa e eu rompi com a ideia do quantitativo mostrando que existia uma necessidade, nem conhecia quem era a pessoa, mas que era necessário contratar porque senão aquela escola não andava. A pessoa vinha com pós-graduação, era um sangue novo aqui na escola. Ele colocou no processo: “Eu não pedi sua opinião. Eu pedi para a senhora me informar a situação do...”. Aí, eu me lembro que eu fiquei muito surpreendida com... Porque a gente dava parecer... O departamento, de fato, são poucos professores... E eu fazia um estudo também demográfico no sentido de... Tinha uma pró-reitora muito ativa em Recife... O Jorge foi ser o diretor... Não, ele era secretário-geral do ministério e me chamou para pensar isso para o Brasil, um cargo docente, como era um desenho ideal pensando em uma demografia das aposentadorias e renovação do quadro, uma coisa dinâmica com Maria Antônia em Pernambuco. Eu era muito menina, eu tinha vinte e sete para trinta

anos, alguma coisa por aí e participei disso. Fiz algumas assessorias para algumas universidades de fora na montagem desse sistema de avaliação, fiz alguns pareceres que, talvez, não agradecessem muito a... Mas a irreverência da idade, talvez, me permitiram ousar, porque se contratava as pessoas em um nível... Quem era CLT... Você tinha um quadro e o quadro ficava preso, porque não abria concurso e quem ia sendo contratado pela CLT (porque era o que eles queriam: acabar com o quadro fixo), se tivesse mestrado era contratado como assistente e sem concurso, a gente esperando concurso, e quem tinha doutorado era contratado como adjunto. Então, alguns concursos eu fiz um parecer dizendo que aquela pessoa já tinha mestrado, já tinha doutorado e deveria ser contratado não como auxiliar de ensino, deveria... Enfim, criou-se uma certa jurisprudência nessa área aí. Mas eu rompendo com essa perspectiva restrita que começava a quantificar quem era e quem não era e eu dizendo: “Não, mas tem que contratar e tal”. Aí, eu saio disso, eu quero sair e eu tento o doutorado nessa ocasião, mas o serviço de informação não me deixa sair.

C.C. – Você tentou doutorado onde?

A.I. – Na época, Nádyia tinha saído para o México para fazer o doutorado lá e eu peço para ela identificar lá uma pessoa para eu... Ela traz a identificação e tudo, eu poderia ir, mas eu não recebi o aval da reitoria mesmo estando lá. Aí, eu fico muito decepcionada com isso, eu digo: “Não é possível que a minha carreira vai ser toda... Eu tive uma carreira com rapidez de formação e qualificação rápida no mestrado, entrada bastante jovem no ensino superior e não posso sair para fazer o doutorado”. Eu fico muito decepcionada com isso. Ao mesmo tempo, eu tinha um compromisso familiar importante para mim que eram minhas filhas e que Rubem não estava também... Ele era muito aberto na possibilidade de eu viajar, mas ele próprio não tinha... Ele era profissional liberal, se ele sai, não tinha o que fazer muito... E eu, também, com muito medo de assumir as duas crianças muito pequenininhas sozinha. Em 78, eu faço concurso para adjunto. Foi um concurso pesado, um concurso de já professora tendo sido assessora do reitor...

C.C. – Assistente?

A.I. – Adjunto. Mas é um concurso público que entraria quem... Eu fiz esse concurso.

Participaram mais três colegas do departamento que foram João Saturnino, que já faleceu; Solon Santana Fontes que foi o de Brasília; Alda Mota e uma colega muito inteligente, brilhante, jurista brilhante, chamava-se Marília Muricy, que hoje é uma professora muito consagrada na escola de Direito e que tinha sido uma aluna exemplar de Machado Neto, tinha sido minha colega no mestrado e entrou. O Machado Neto, um homem bastante inteligente, fez uma carreira brilhante na área de Filosofia e na Sociologia Jurídica. Então, ele era um professor de Teoria do Estado na Escola de Direito e era titular de Sociologia, mas em uma linha, que naquele tempo, se contrapunha à linha de Maria Brandão. Eles tinham uma contradição grande e os alunos, de alguma forma, os novos, ficavam divididos nessa geografia aí do departamento. O Machado Neto morre no processo de construção da minha banca e também Marília não se sentiu mais com esse compromisso com o departamento. Ela não se sentia socióloga como se sentia como jurista, uma brilhante jurista. Então, ela desistiu, disse: “Eu não vou fazer esse concurso. Vou fazer minha carreira realmente... Vou sair do departamento de Sociologia e fazer minha carreira na Escola de Direito”. E assim fez. Foi secretária de Direitos Humanos aqui. Uma pessoa realmente muito preparada. Nós fizemos esse concurso com banca externa e com um titular que era um professor mais velho, um titular mais antigo que era Renato Mesquita. Veio de São Paulo, um professor chamado João Batista Borges e do Ceará, uma outra pessoa. Na mesma ocasião, Maria Brandão finalmente defende a tese de livre-docência dela com a mesma banca praticamente e para dela veio Darcy Ribeiro. Então, esse foi um dia da faculdade muito... Sim, o meu paraninfo foi Anísio Teixeira na época da graduação. Então, foi um ambiente muito tenso para a gente, com a presença de Darcy Ribeiro na Faculdade para o exame de Maria, não foi para o meu. E o Thales lá, meu Deus, sentado assim, o tempo todo. Diz Maria na época, hoje é mais difícil recompor isso, mas eu me lembro de Maria dizendo: “Ih, paizinho me inervava. Dizia: ‘Olha, está fazendo bom exame’. E eu ficava mais... Eram alunas minhas, contemporâneas. Uma dificuldade”. Enfim, nós fizemos esse concurso. Foi um dos poucos concursos realizados no departamento. Eu acho que depois desse concurso só teve o de Guaraci como concurso nos moldes tradicionais. Houve um período enorme de contratação de colaboradores, sem concurso. E vai ter um concurso... Não, eu acho que isso foi assistente, não era adjunto. A gente passou para adjunto por progressão. Eu me lembro, foram quinze pontos difíceis, porque o departamento fragmentou, subdividiu os pontos e tal. Eu me lembro que Rosário, que é professora de Antropologia, estava fazendo mestrado, me ajudava muito a mim e à Alda. A gente trocava um pouco: “Você prepara tal ponto. Eu preparo tal

ponto”. A gente, um pouco, solidárias, dividimos isso. Depois houve a progressão, exatamente, para adjunto. Eu vou trabalhar, portanto... Já tinha uma identidade grande quando eu volto de São Paulo. Guaraci tinha estado no Cebrap fazendo curso de Cedip. O CRH foi formado em 69, mas eu tinha uma trajetória fora do CRH, porque eu tinha essa trajetória com o Thales e com o István. O István tinha uma certa interlocução, mas a nossa identidade vinha desde a graduação, um pouco da militância na Ação Popular, na Juventude Católica e nesse trabalho “Mão-de-obra operária industrial na Bahia”. O Centro foi criado muito com sentido... Foi provocado pela Sudene na época e aquela coisa do capital humano, precisava criar um centro ligado ao gabinete do reitor em 69. Dava muitos cursos na época da reforma do estado, cursos de demografia. Vieram Tristão e Maria Alice, que não sei o sobrenome, que fizeram a reforma do estado e que produziram na Bahia. Guaraci sai para fazer um treinamento no Rio, no Cedip. Eu sei que Luiz Antônio Santos, que é da Medicina Social do Rio, foi colega dela no Cedip. A Maria Coleta que foi ser orientadora de Guaraci no doutorado também fez esse curso. A Guaraci me encontrou em São Paulo e eu não estava bem. Ela me encontrou e disse que saiu de lá com o coração muito partido. Quando eu voltei, ela já tinha o Centro começando, agregando Guaraci, Inaiá e Marusia, algumas pessoas e tal. E eu nessa coisa também paralela com o István, esse núcleo muito vigoroso lá.

C.C. – Aí, você passa a ser pesquisadora no Centro?

A.I. – Em 79.

C.C. – O que significava na carreira, além de dar aula, ser pesquisadora no Centro? Era um espaço de pesquisa?

A.I. – Era um espaço de pesquisa que se credenciou muito fortemente não só pela qualidade das pessoas que estavam ali, dos trabalhos, dos produtos. Era uma coisa muito difícil você publicar na Bahia naquele tempo. O fato de ter feito a pesquisa “Força de trabalho” com o Cebrap, (aplicou-se os questionários do Ceprab naquela pesquisa de “Força de Trabalho” de 71). Então, eu acho que ele ganhou um prestígio importante como um Centro que produzia Sociologia diferente de uma tradição ensaística. Era uma Sociologia vinculada a um projeto de desenvolvimento, de tradição estrutural e histórica. E Guaraci, muito esperta... Quer dizer,

nessa fase, Inaiá está fazendo eu acho que a formação de mestrado dela que sai desse trabalho... Ela escreve um capítulo do livro “*A mão-de-obra operária-industrial*” e Guaraci ainda não estava fazendo mestrado, mas assume um pouco a coordenação do Centro, vai pro Cebrap, passa lá um tempo, volta. Eu não posso falar muito dessa época, porque não estava com elas nesse projeto. Eu entro em 79, muito chamada por elas: “Venha para cá. Você tem que vir para cá”. Eu vou. Saio dessa experiência da reitoria e vou para lá.

C.C. – Mas aí você vai passar um tempo na França.

A.I. – É. Aí, eu fui chamada para uma pesquisa que era o Banco Mundial que estava fazendo com o estado, que era PDRI, era uma coisa do desenvolvimento regional e local. Eu faço um trabalho sobre a população alvo dos PDRI, alguma coisa assim, que eu transformo imediatamente em uma ideia... Eu descubro ali todo um projeto de modernização do estado através da educação e da extensão rural em cima da construção de um personagem que era o pequeno produtor. Ou seja, eu já tinha essa ideia da pequena produção de mercadoria, como a pesca, na minha dissertação de mestrado.

C.C. – Sim, a pesca acabou sendo o tema do mestrado.

A.I. – O tema do mestrado, que é um trabalho que fazia a relação entre a pequena produção mercantil simples com o desenvolvimento urbano industrial. Esse trabalho que faço, trabalho de caráter qualitativo, não só tem um legado aí da Antropologia, da História, sobretudo, de Pedro nessa fase, como também a ideia já de uma preocupação, que era preocupação dominante, sobre o que era essa relação entre tradição e desenvolvimento. Por conta das minhas dificuldades de deslocamento maior por questões familiares e compromisso na reitoria, eu peguei um universo que eu tinha um certo controle que era os pescadores tradicionais no meio urbano. Eu acho que eu consigo dar um salto qualitativo, porque não são estudos de comunidade, tentando discutir essa questão do desenvolvimento por aí. Mas não consigo sair muito... Eu acho que é interessante, porque eu trabalho com a ideia de escala, de rede e faço as mediações através das escalas de produção e também... Duas coisas: a primeira parte é uma visão estrutural da pesca tomando muita referência de Celso Furtado dos ciclos. Eu digo como a agricultura de subsistência e a ideia do pescador como parte desse sistema de subsistência se

reproduz. E aí é uma coisa interessante porque eu pego o processo de trabalho... Aí vem a tradição do Thales, as três raças - o índio tal e tal – em cima dos artefatos da pesca e das formas de reprodução. A segunda parte toda é a subjetividade, como esse pescador se forma como personagem disso. No doutorado... Em função dessa pesquisa que me chamaram... O Centro já estava interessado nessa pesquisa tanto que, no *Bahia de Todos os Pobres*, eles citam esse meu trabalho de monografia do mestrado. Nesse momento, o Centro passa por uma crise de renovação. Passou aquela fase inicial. E eles chamam, então, Navarro de Brito, que era um pesquisador que tinha sido secretário de Educação na Bahia, tinha um nome prestígio para alavancar o Centro. Navarro me chama para lá e junto com Guaraci, muito estimulado por Guaraci e Inaiá. Ele interessado na questão da pesca. Minha banca tinha sido Rômulo Almeida... Nessa dimensão do desenvolvimento da Bahia, me chama e tal. E eu vou fazer esse trabalho. Passo um ano no CRH fazendo esse trabalho e consigo, finalmente... Passa 79 e eu consigo sair. Foi, assim, uma alegria, para mim, imensa a possibilidade de eu poder sair da Bahia.

C.C. – Aí foi para Paris.

A.I. – Eu fui para Paris III.

C.C. – Foi sozinha ou o Rubem foi?

A.I. – Não, o Rubem não pode ir. Quer dizer, ele não pode ir nos primeiros meses, ele foi em seguida.

C.C. – As filhas foram?

A.I. – Não foram. Aí, foi um momento sofrido, por isso que para mim o doutorado foi uma coisa sofrida: eu ia, voltava e tal.

C.C. – Só para entender, você saiu em 79?

A.I. – Eu saí no final de 79, quando abre o ano escolar lá.



C.C. – Mas isso era para fazer o doutorado já?

A.I. – Já.

C.C. – A ideia era fazer o doutorado.

A.I. – A ideia era fazer o doutorado, só que eu tive que fazer o [DOA]<sup>1</sup> - eu quis fazer. Eu não precisava porque já tinha o mestrado, mas aquelas disciplinas que eram o terceiro ciclo você tinha que fazer esse... Eu queria fazer...

C.C. – Chamava troisième cycle.

A.I. – Tinha que fazer isso. Muita gente está registrada como doutorado aqui. Enfim, eu tive que fazer esse terceiro ciclo as disciplinas que eu queria conhecer.

C.C. – Esse doutorado de terceiro ciclo uma época foi reconhecido como doutorado aqui, mas seria mestrado depois, não é?

A.I. – Seria mestrado. É. Depois mestrado. Mas eu não cheguei a defender. Eu fiz as disciplinas, por isso que eu registro como mestrado. Depois, o próprio sistema mudou para *master*, depois que se americanizou um pouco a estrutura francesa. Eu dei uma entrevista a uma pesquisadora francesa que veio à Bahia, dessas brasilianistas, longa e criei para ela um espaço de pesquisa aqui na Bahia. Ela já tinha experiência de pesquisa, já tinha sido orientanda de Milton Santos e veio procurar vários centros que trabalhavam... Ela estava uma pesquisa sobre polo petroquímico.

C.C. – Qual era o nome dela?

A.I. – Hélène Rivière d'Arc, que hoje ela trabalha na rede com Luiz Cesar Queiroz no Rio. A

---

<sup>1</sup> Mais próximo do que foi possível ouvir.

Hélène veio com duas jovens juízas francesas que estavam preocupadas também com a questão da anistia no Brasil e a situação das prisões e tal. Eu fiquei muito amiga delas. Sabe que francês adora um cicerone e eu boa baiana. E aí eu disse: “Hélène, há possibilidade...”. Ela era diretora adjunto do Instituto e liderava a equipe Brasil no Instituto da América Latina vinculada à Paris III, Sorbonne Nouvelle. Aí, eu fui fazer as disciplinas lá. Fui aluna do Jacques Chonchol.

C.C. – Jacques Chonchol foi seu orientador?

A.I. – Foi. Ele me assume como meu orientador. Uma pessoa generosíssima e tal, mas com uma abordagem totalmente distinta, porque ele é um economista, um engenheiro agrônomo muito mais da economia. Ele tinha sido secretário de Agricultura do Allende e trabalhava muito com a Cepal nesses estudos agrários, da economia agrária... Muito competente e tal. Eu fiz o trabalho com ele, enfim, tudo tranquilo. Aquilo que passa com todos os brasileiros, a gente escreve de uma forma e eles querem uma certa objetividade na escrita... Até com Fernando Henrique aconteceu isso. Touraine relata isso: “Mas que complicação a escrita de vocês. Eu não compreendo nada. Quantos considerando vocês fazem? Tem que dizer de forma mais objetiva as coisas que são”. Eu também não tinha o domínio de francês completo. Eu tinha estudado francês na infância, minha irmã era professora de francês e tal. A gente desconfia que temos parentes franceses, porque a gente [tem Liger?] no nome, mas nunca tivemos a prática. Sigo lá. Tinha um bom ouvido e me comunico de alguma forma lá, mas para escrever era difícil. Acredito que as minhas provas deviam ser alguma coisa muito curiosa. E vou e faço bem.

C.C. – Você faz os créditos, então.

A.I. – Faço os créditos.

C.C. – Quanto tempo você ficou?

A.I. – Faço um ano e fico voltando. Mas, assim, pela capacidade de liderança e já ter um certo lastro universitário na carreira docente... Coincide que quando eu volto, em 81, é um momento em que o Centro resolve inverter o processo de linha de pesquisa interno. Isso sob liderança de Guaraci. Ela resolve o seguinte: “Ao invés da gente ficar aqui o tempo todo atendendo a

demandas, a gente vai fazer o seguinte: nós vamos construir um acervo de pesquisa consistente de forma que a gente responda, mas dentro do que a gente quer fazer como pesquisa”. Aí ela traz Chico de Oliveira, Elza Berquó e acho que Neide Patarra para um seminário na Bahia, para discussão das linhas. Aí se faz uma retrospectiva da pesquisa “Força de Trabalho” lá do Cebrap e tal. Ao mesmo tempo, eu chamo o pessoal do estado... Sempre tem uma coisa junto e, ao mesmo tempo paralelo, para fazer um seminário sobre a Bahia recente: o que mudou na Bahia. E chamando os meus antigos colegas do núcleo do István que estavam no estado, a gente que foi Gey Espinheira e Ubiratan Castro e se faz um pouco: para onde a Bahia estava caminhando; quais eram as mudanças na área agrária. Isso, porque, na França havia já uma discussão sobre as cidades de médio porte e que tinha a ver tudo com esse desenvolvimento rural. Eu estava discutindo essa frente do papel do estado no campo, era a grande discussão minha naquele tempo, e a pequena produção camponesa nesse movimento. Então, minha dissertação, de alguma forma, e a monografia que fiz no final, que eu tomo por base a pesquisa que eu tinha feito para esse trabalho no Centro, alavancou, junto com o projeto de linha do CRH, uma proposta de cooperação com a França. Quer dizer, o doutorado sai com uma coisa que era inusitada ainda, porque, em 79, 80, a gente constrói uma rede de cooperação. Eu proponho e consigo ganhar no CNPq/CNRS um convênio com a França de ida sistemática de pessoas e recepção de outras na produção. O Centro fazia os estudos estatísticos de tendências da força de trabalho de 60 a 80 e nós fazíamos estudos qualitativos de campo em núcleos que nós tivemos. Construímos uma tipologia na França que era, assim, em torno de núcleos produtivos regionais. Ainda tinha a ideia, porque tinha muitos geógrafos no grupo... Era a ideia ainda do Jacques Lambert, aquela coisa do polo de desenvolvimento também, da polarização. A gente queria ultrapassar a dimensão da dicotomia urbana e rural. E isso eu acho que sempre foi... Essa ideia de transversalidade, que eu chamo em um determinado momento de modalidade de passagem, no ponto de vista metodológico. Aí, a gente faz isso um pouco à parte. Quer dizer, caminhando juntos, mas com espaço próprio e a gente constrói um projeto que é “Estrutura do trabalho e dinâmica espacial da força trabalho na Bahia” com a França, que resultou... Bom, eu tinha reuniões lá que a gente fazia documentos de trabalho. Foi aí que eu aprendi uma forma de trabalhar distinta da que a gente tinha, porque a gente passava anos pesquisando para um dia, se conseguisse o dinheiro, publicar. E lá a gente já tinha uma sistemática que de cada núcleo de reunião, a gente saía com documento de trabalho que escrevíamos e publicávamos como documento de trabalho. Eu escrevi uns dois ou três trabalhos para a França, nessa ocasião,

que foram publicados como documento de trabalho. Essa ideia também é muito embrionária... O próprio núcleo do Bourdieu também que eu comecei, digamos assim, a me encantar, porque me respondia mais do que eu estava obtendo do Instituto, porque o Instituto... Essa coisa dos americanistas, você tem... São trabalhos muito empíricos e eu sentia falta dessa coisa mais densa da teoria, e eu ia buscar na Ècole. Frequentava aqueles seminários que tem do Afrânio, [INAUDÍVEL] *Brésil Contemporain* seguia aquela coisa e também alguns de Bourdieu e de Touraine, pouca coisa, mas que me dava mais uma consistência em cima disso. Quando eu chego lá, os trabalhos todos de Bourdieu estavam começando a sair e eu lendo aquela coisa: *Ce que parler veut dire*, *La Distinction*. Eu trago aquelas coisas e leio muito aquilo. Meu trabalho passa... E até Luc Boltanski também. Toda a parte metodológica eu vou caminhando... *Économies de la grandeur* e *Les cadres* foram dois trabalhos do Boltanski que me inspiraram muito numa análise que eu faço na segunda etapa da minha tese. Eu começo com essa coisa de Estado e classes, com uma cooperação. A França muda a estrutura e cria um novo doutorado. Eu peço interrupção, um novo doutorado. Eu peço para transferir de *troisième cycle* para um novo doutorado, que era uma coisa intermediária entre o *doctorat d'État* - que nunca ninguém terminava, muitos poucos conseguiam - e o *troisième cycle*, que no fundo era um bom mestrado. Quer dizer, a minha dissertação era considerada muito mais um *troisième cycle*, porque tinha duzentas e cinquenta páginas com pesquisa etc. Então, eu fiquei nesse processo e pela cooperação eu poderia ir e voltar para passar um mês. Nesse momento, eu conversava... Mas muito envolvida também com uma demanda muito grande de ensino. Quando eu voltava, me envolvia... E passei a ser diretora do Centro também.

C.C. – No Centro, você fica o quê, trinta anos, como diretora, vice-diretora e a revista, não é?

A.I. – É, o tempo todo nisso. Aí assumo, mais adiante. A ideia da revista é uma ideia que surge, por exemplo, também junto dessa experiência de trabalho que a gente aprende e também na Unicamp – começa a formar o Nepo [Núcleo de Estudos de População], de população, aqueles documentos de trabalho. Então, a gente começa a ver um formato: “Olha, a gente tem que fazer uma coisa parecida com isso”.

C.C. – Aí também já começa a cobrança por publicação, revistas científicas.

A.I. – Mas sempre teve pelo fato do Cebrap ter aquela velha revista *Cadernos* e Guaraci ter consigo a publicação do livro em 80. Por isso chama tanta atenção, porque ninguém aqui conseguia, nós conseguimos aquele negócio pela imprensa oficial do estado. Não tinha indústria gráfica, tinha indústria gráfica do estado, oficial, mas uma editora de nome na Bahia você não tinha. Então, nós tínhamos os *Cadernos*, a revista *Universitas*, onde Thales publicava as coisas dele, o *Jornal*, todo mundo era jornalista. Mas a nossa geração que vem depois desses grandes catedráticos... Tinha lá a *Revista de Estudos Baianos* que era uma coisa, assim, bem geográfica, bem estilo de comunidades. Tinha o Centro de Estudos Baianos, uma coisa bem ensaísta, mas bacana porque tinha uma produção. Aí, o CRH tenta fazer a publicação dos trabalhos e constrói, primeiro, um volume que é população... É sempre a coisa da Demografia, porque a formação da Guaraci é em estudos sócio-demográficos. Ela fazia sempre assim: “Faço estudos sócio-demográficos”. Guaraci fez a dissertação de mestrado dela na Economia e faz um trabalho sobre migrações. Ganha o prêmio da Anpec sobre migração. Então, junta a isso, ela conseguiu publicar pela Secretaria do Planejamento da Bahia. A minha dissertação, o [INAUDÍVEL] pede para aquela coleção da Ucitec de teses e dissertações, ele gosta. Mas eu recebi uma crítica, não do Rômulo, mas do outro pesquisador, porque a parte antropológica... Eu não faço pesquisa antropológica, etnográfica, aquele negócio do arco, da flecha, do anzol e tal, toda essa parte eu usei de um outro trabalho. Quando eu transferi isso não estava adequado. Ou eu tirava isso para publicar ou, então, eu iria fazer pesquisa de campo. Eu fiquei nessa angústia: “Mas meu trabalho não era sobre isso. Eu queria falar como a atividade de uma população tradicional se articula com projeto de desenvolvimento. Eu não estou preocupada se vai ser a rede, se vai ser o caniço”. Enfim, era uma formação, mas que tinha um problema que eu reconhecia que tinha. Isso me inibiu, me inibiu no sentido de que, como a vida era muito dinâmica, eu não tinha nunca o tempo de fazer a revisão para publicar. E aí não saiu. Saiu uma publicação grande do jornal *A Tarde* aqui sobre a tese, saiu um filme da tese, um Super 8, *Os Pescadores na Bahia* do Guido Araújo. Ele até me dá créditos e eu nem sabia que tinha esse filme. [riso] A dissertação eu nunca tive tempo de voltar a ela para...

C.C. – Você passa quase trinta anos já como professora, envolvida no Centro ativamente, mas o doutorado formal só vai ter mais frente.

A.I. – Eu, aí, resolvo... Porque isso aí começa a ficar uma coisa...

C.C. – Isso não atrapalhava na vida universitária?

A.I. – Inicialmente não, porque não existia aquela coisa da exigência do doutorado para ser... Eu venho de uma tradição que era muito mais os concursos que qualificavam você. Mas aí começou uma passagem, quando a Capes começa a exigir dos programas...

C.C. – CNPq também, para alguns editais precisa ser doutor, não é?

A.I. – Eu já era professora...

C.C. – Adjunto.

A.I. – Não, do CNPq, bolsa de produtividade. Fui a primeira a ter a bolsa de produtividade na Bahia, eu e a Nádyá. E eu tinha no mesmo nível dela. Hoje ela é pesquisadora 1A, eu estou ainda no 2, porque eu interrompi isso por conta do doutorado. Eu interrompi e isso começou a ficar uma coisa pesada para mim, porque eu tinha que explicar sempre, até hoje eu tenho que explicar, porque eu não concluí. Eu não concluí porque eu não soube priorizar a minha vida privada. Eu sempre tive um engajamento, ao mesmo tempo, acadêmico e, ao mesmo tempo, na construção das instituições. Eu não soube, em determinado momento, dizer... As demandas públicas, para mim, entram em primeiro lugar e eu não estou falando isso porque é bacana ou é virtuoso não. Isso é uma dificuldade até hoje: se vem um pedido para mim, eu respondo aquele primeiro e depois vou fazer meu artigo. Então, eu tenho um compromisso público... É um vício de formação, porque a minha experiência... Hoje eu vejo que a experiência que eu tive com a *Hora da Criança*, que era uma ideia de que todo mundo era coletivo, de que não existia geniozinho – ela desconstruía qualquer ideia de um protagonismo, de um ator... Você fazia um protagonismo, mas você era um igual. Então, eu acho que essa coisa do individual e coletivo, para mim, sempre foi uma tensão de eu saber ser extremamente racional, propositiva e guerreira na frente das instituições e na direção do Centro. Eu participei da Anpocs e dirigi a articulação do Nordeste toda, dos Centros de Pós-Graduações e Pesquisa, que é uma articulação de pesquisadores... Como eu estava na Anpocs em 67, eu era diretora do Centro, no fundo o fato de eu ter entrado na Anpocs eu tinha a responsabilidade de articular Norte e Nordeste.

Então, era uma tensão. Era com Vilmar que eu estava nessa época, ele e a Alice Rangel. Nós fizemos muita coisa, não foi pouca não. Enquanto eu estive na direção lá nós fechamos não sei quantas cooperações internacionais.

C.C. – Você continuava com a França muito...

A.I. – E com a França presente. O pessoal vindo, por exemplo... Em 85... E eu tive um apoio muito grande do Milton Santos nisso. Então, em 85, eu faço um seminário na finalização da cooperação. Eu começo em 81... Na realidade em 80, em 81, firma CNPq e CNRS e vai até o final de 85. Em 85, eu faço um seminário aqui, apoiado pelo CNPq. Eu trago Vilma Figueiredo, Dorotehea Werneck (ainda não era ministra), Klaas Woortmann, Neide Patarra – muita gente do estudo do rural, estudo sobre o trabalho. Mas aí a nossa cooperação, França, equipe Brasil, começa uma articulação com Orstom [Office de la recherche scientifique et technique outre-mer], que hoje é IRD – *Institut de recherche pour le développement*. Aí, nessa fusão da equipe Brasil da França com membros do Orstom, vem para para a Bahia trabalhar conosco o Michel Agier. Ele veio trazido pela minha cooperação, mas já não parte dessa cooperação. E aí se firma uma nova cooperação que era CRH/Orstom, da qual Nádyá passa a coordenar, monta uma presença dele aqui, eu recebo e ele monta, portanto, uma cooperação entre os dois no circuito, que depois participa também Antônio Sérgio, Orstom/CRH. Enfim, é um momento rico no Centro, um momento muito dinâmico. Nós temos do México também a vinda de Vânia Salles, que estava naquele Instituto de Ciências Sociais, já falecida hoje, mas que eu me encontrei com ela tanto nos estudos sobre campesinato na França (ela também fazia o doutorado lá)... Na vinda para o CRH eu trago a Vânia com Severo Salles, que eram do quadro grande da Ação Popular e tinha saído, passaram cinco anos na França e depois foram morar no México, os filhos nasceram e tal. Eles voltam ao Brasil. Severo queria, eu acho, um projeto de fazer carreira política. Ele vai assumir a campanha do Ulysses Guimarães para a Presidência da República. [riso] Foi um desastre.

C.C. – Pouquíssimos votos, coitado.

A.I. – [riso] Então, é uma vitalização muito grande do Centro e, ao mesmo tempo, um momento de muita dificuldade, porque a gente tinha feito aquela opção de não viver de convênios e a

gente vivia desses pequenos projetos do CNPq, das bolsas Ford da Anpocs, das bolsas Ford da Bepe e a gente propunha para projetos e ia vivendo disso.

C.C. – Isso toma muita energia, não é?

A.I. – Muita energia. Aí, a gente fez... Tinha uma pesquisa imensa que a Nádyá e o António Sérgio fizeram na vinda do Michel Agier, uma pesquisa muito consagrada sobre... E nós tínhamos concluído aquela outra. Do meu lado, a gente encerra esse convênio que saiu muito exitoso. Por exemplo, esse seminário traz um debate superinteressante entre Milton Santos e Bruno Lautier sobre a noção de informalidade, isso em 85. Aí, a Capes... Não fui eu que procurei a Capes, foi a Capes que me procurou na época. Quer dizer, eram pessoas que representavam o acordo Capes-Cofecup que disseram: “Anete, foi um êxito enorme o projeto com vocês”. Publicação naquele tempo, ter publicação lá e cá era uma coisa... E nesse convênio eu trouxe Lena Lavinás, Michel Agier – desses nomes mais conhecidos de hoje estiveram essas pessoas. Mas Milton Santos Filho, que tinha sido secretário do CRH, eu trabalhava muito com ele nessa coisa dos estudos rurais, estudos de fronteira agrícola e tal. Esses estudos mais qualitativos, ele era um grande parceiro comigo também, sobretudo, por essa interlocução na França. Aí em 92, eu acho... Acaba em 86, aí os franceses alargam e ampliam a rede de relações no Brasil. Aí tentam já a fazer uma articulação com Rio, com Lena lá tentam fazer uma cooperação com o IPPUR, mas aí tinham que começar do zero, porque o projeto que estava lá era o nosso. Eu entro com um pedido para a França, Capes-Cofecub, que era um acordo novo. Mas, ao mesmo tempo, um professor de Recife de um programa bem pequenininho (era um programa de Geografia). Jean Bitoun era francês e, portanto, com facilidade estabeleceu... O mesmo grupo de lá estabeleceu com eles e era um grupo também que dialogava muito com IEDES, o Instituto de Desenvolvimento e que trabalhava muito com terceiro mundo e tal. Era onde tinha Bruno Lautier e toda essa linha mais de estudo sobre desenvolvimento. E aí, essa coisa... Surge a ideia deles, inteligência para eles, de um tripartite. O núcleo deles era o mesmo, mas eles podiam ter três...

C.C. – Um ficava aqui na Bahia...

A.I. – Aí, houve uma questão administrativa, porque tinha uma questão histórica nessa coisa:



quem entrou primeiro com o projeto? No caso do Capes-Cofecub, entrou primeiro Pernambuco. Então, eles diziam: “Então, trabalhe coordenação com o Jean e o Jean não queria isso”. Eu digo: “Eu quis uma coisa pequena”. O Centro tinha uma fama... Realmente, a gente agregava... Nós éramos seis pesquisadores, mas a gente agregava muito estudante, tinha uma produção muito ativa, então parecia que a gente era grande. E aí ele disse: “Eu não quero uma instituição consolidada como Centro comigo para eu ter que administrar isso, com mil demandas de lá. Eu estou com uma demanda pequenininha aqui de meia dúzia – dois professores e três alunos – para fazer doutorado. Não quero nada mais do que isso”. Aí surgiu e nada do meu acordo. Meu acordo tinha sido aprovado, mas já não consagrava e o meu já era uma coisa de continuidade: saía da pesquisa para o ensino... Aí eu incorporo também o programa de pós-graduação, que era para capacitar para os doutorados, exatamente isso. E aí eu vou, nessa fase... Eu já tinha um redesenho do meu trabalho de tese, porque eu vou acompanhando essa questão nacional e a questão agrária na transição democrática, 85, e o projeto passa a ser transição democrática e questão agrária. Aí, já muito influenciada com Bourdieu e Luc Boltanski, ainda que sem diálogo direto, sobre a questão da formação de categorias sociais e, ao mesmo tempo, o movimento da realidade e a construção de umas das estruturas conformadoras. Então, eu faço uma pesquisa monstruosa sobre o debate...

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

A.I. – Eu estava aonde mesmo?

C.C. – Você estava no Capes-Cafecub com Pernambuco...

A.I. – Exato. Essa questão, então, nós terminamos, fizemos isso. Já havia uma dimensão minha que era de sair da coisa da divisão do trabalho para, um pouco pra dimensão política. Eu me lembro que eu tinha uma hipótese que eu dizia: “A divisão social do trabalho também é político-ideológica”. Então, estudos que eu faço, eu mostro que a questão da migração eu entendo como um processo político da expropriação, enfim. E já venho trabalhando sempre nessa articulação entre a matriz econômica, a ideologia e política. Eu entro também na questão da construção dos sujeitos. Quer dizer, eu já tinha feito a pesca, operário, aí eu peguei o camponês não só como uma categoria de nomeação em cima da ideia da agricultura, do trabalhador... Deixou

de ser camponês, o sindicato chamava de trabalhador rural, eles se identificavam como trabalhador rural e o estado chamava de produtor rural, pequena produção, agricultura familiar. Então, eu recomponho toda uma estrutura de trabalho pelos jornais e construo... Muito difícil porque não tinha informatização ainda. Então, era um trabalho feito em cima dos trabalhos... Eu tinha feito dos movimentos sociais rurais. Enquanto isso, eu estou trabalhando com os alunos. Então, eu recompus a história dos movimentos sociais e publico, mas eu também sou muito chatinha para a parte de produção final, quando eu vejo um erro: “Ah, isso não tem condição de ser publicado e tal”. Conversei até com o István. Ele já estava de volta à USP e eu disse: “Olha, eu fiz um trabalho com os meninos. Eles reconstruíram a história dos movimentos sociais na Bahia rurais com base em matéria de jornal, só que eles botam as fontes, mas não localizam no texto os trechos do jornal. E não deu para recompor, porque não estava informatizado. Era uma massa de jornal, que eu não tinha como voltar”. Aí, tem a produção, mas eu tenho que escrever alguma coisa fazendo *mea culpa* disso aí, dessa falta. E também eu começo um debate entre intelectuais, entre políticos para a questão agrária na transição democrática, porque foi a questão que *explode* a reforma agrária. Eu já tinha vivido isso tempos atrás e recomponho, portanto, os atores no espaço público. A questão agrária como questão nacional na transição democrática. Aí, sai muito trabalho publicado nessa ocasião. Eu trabalho nessa frente e começo, para o Capes-Cofecub, me organizando com um pesquisador, já não tanto com a Hélène, mas com outro pesquisador do Instituto, que tinha sido meu professor, da mesma idade que eu, que é o [INAUDÍVEL], que vinha trabalhando mais a questão da reforma agrária e da modernização de países da América Latina, sobretudo, a causa indigenista. Ele depois se articulou com Livio Sansone também para os trabalhos.

C.C. – No Nordeste, você tem o fenômeno da emergência étnica, os camponeses que viram índios de novo.

A.I. – É. Eu propus nessa linha esse trabalho Capes-Cofecub, mas foi um trabalho que não teve tanta organicidade quanto teve a experiência CNPq/CNRS, no qual nós tínhamos um projeto claro de divisão de trabalho complementar do que se fazia ainda que as publicações tivessem sido separadas. Mas, de fato, o lastro que a gente criou... No tal do seminário com Chico, com Elza foi escrito um documento muito, até hoje eu acho, primoroso. A redação final foi feita por Nádyá sobre a questão da reprodução da força de trabalho, sobre consumo da força de trabalho,

toda uma ideia disso. Também, naquele tempo, Tânia Franco, que é uma das pioneiras que trabalha a questão do trabalho, saúde e meio ambiente (uma linha, no Centro, muito importante), na dissertação de mestrado orientada por Nádyá, ela conheceu Helena Hirata e se identificou. Ela disse: “Não, meu trabalho tem que ser com Helena Hirata”. Então, essa linha também começa a se formar por uma iniciativa da própria Tânia e Nádyá, que hoje é parceira de Helena Hirata durante muito tempo. A gente criou um núcleo muito dinâmico de produção nesse período. Além de que Inaiá tinha uma tradição de estudos com a Sudene, com o pessoal de Pernambuco, com Tânia Bacelar muito grande nesses estudos, porque ela pegou exatamente a fase e a temática do mestrado que era com Luiz Pereira sobre desenvolvimento e Perseu e essa influência. Bom, voltando a essa questão da Capes-Cofecub, nesse período, já a coisa... Eu fui nessa tentativa de fazer a tese na França, porque aqui era difícil. E o que me levou a dizer, “Você sabe de uma coisa? Vou largar isso”, é que eu estava lá e o departamento disse: “Você tem que voltar”. Eu digo: “Gente, não é possível. Uma pessoa que trabalha tanto, que entrega... Como eu estou no meio de um trabalho...?”. Eu fui como missão Cofecub de redação, que foi um momento importantíssimo. Eu fiz a leitura de todos os Annales, a produção de Bourdieu inteira, a RBCS inteira (a revista aqui), analisando tudo. Então, eu incorporo... Foi um momento de reciclagem para mim muito bacana.

C.C. – Mas o departamento estava te chamando...

A.I. – Aí, o departamento disse: “Olha, essa missão acabou. Você tem que voltar”. Eu digo: “Eu estou em pleno...”. “Não, você tem que dar aula”. E quando você saía, você recebia turmas de sessenta aluno; duas, três, quatro. Ou seja, todo mundo tinha se ajustado e tinha deixado, digamos, o ônus que tinha que pagar do afastamento. Então, eu fiz isso. Saiu um artigo que eu gosto muito que é “Retórica, Burocracia e Violência”, no qual eu já faço uma análise mais sofisticada entre saber e poder. Quer dizer, como a política e a ciência constroem categorias, que são categorias públicas e ao mesmo tempo sociológicas, em cima do debate da reforma agrária. Esse artigo está publicado no *Caderno* do CRH de 92. Lá, eu podia não só conviver com os colegas da França, que são muito fechados, mas o fato da gente ter uma cooperação rompe essa fronteira do fechamento do núcleo, mas também com os colegas brasileiros que estavam lá: Lygia Sigaud, Afrânio e vários que estavam circulando lá. Quer dizer, também é um enriquecimento da vivência acadêmica, para mim, muito importante. Nesse texto, eu

discuto com Benício, Smith, que estava lá fazendo pós-doc, Lygia que estava nessa cátedra que eu assumi depois...

C.C. – Simón Bolívar.

A.I. – Simón Bolívar. Então, foi discutido com eles tanto que eu agradeço em pé de página e tal. Então, eu tinha fechado isso e tinha que pegar esse material. Já tinha saído no México o produto dessa tese. Tinha sido publicado na França, por exemplo. Eu não deixei de fazer a tese. Ao contrário, eu fui produtiva demais, saíram produtos da minha tese publicados em 83 e 84, 88 na França no *Cahiers du Brésil Contemporain*, 91 no México, no *Caderno* do CRH, saiu na revista do [INAUDÍVEL]. Ou seja, tudo o que eu fiz para a tese naquele momento resultou em artigos em revistas indexadas e etc.

C.C. – É nesse momento que a chamam de volta. Deve ter ficado frustrada, não?

A.I. – Eu fiquei muito, assim... Eu comecei a ficar cansada.

C.C. – Quer dizer, já é um mundo mais burocratizado.

A.I. – E depois, assim, uma inversão de hierarquias também. Por exemplo, o programa que estava sendo construído, eu tinha sido responsável pela linha... E essa capacitação que eu trazia das minhas experiências internacionais capacitavam a criação das linhas do programa no Centro e tal. Aí, o pessoal começou uma visão assim: “Você não tem doutorado, não vai poder orientar”. E mandava o recado pelo aluno: “Diz a ela que ela não pode orientar não porque não tem o doutorado”. Aí, eu recebi uma dessa primeiro e fiquei muito chateada. Claro que a gente fica com essa questão. Ao mesmo tempo, era ambíguo porque, se eles tinham tanto interesse, não tinham que ter chamado no momento em que eu estava... Aí eu publico o que tinha no final e disse: “Sabe de uma coisa? Eu também descobri que tinha já trinta anos de serviço, porque eu comecei muito cedo”. Então, eu saio, mas não saio. Quer dizer, eu me aposento...

C.C. – Em que ano você se aposentou?

A.I. – Eu me aposento em 92. Eu publiquei esse artigo... Eu fico dando aula para não criar problema para o departamento, mas eu saio e disse: “Bom, agora eu vou fazer o que eu tenho vontade de escrever, no meu tempo. Não tenho mais essa coisa de...”. E fui conseguindo financiar projetos...

C.C. – E continuou ligada ao Centro?

A.I. – Ao Centro de Recursos Humanos. Continuei dirigindo, fazendo projetos para o CNPq e tal, fazendo cooperações internacionais. Aí, o pessoal da França também me disse assim... Porque eles têm uma visão completamente diferente disso: “O que você quer com doutorado a essa altura da carreira? Doutorado como ingresso, não é um doutorado de estado...”. Quer dizer, uma pessoa que já tinha feito... Aí eu fico como pesquisadora associada lá. Em 95, depois da cooperação, eu entro como pesquisadora do Credal lá na França e fico como pesquisadora também associada ao Centro. Então, eu tenho um lastro institucional, um circuito que me agradava muito, com certa liberdade de produção, mas com compromisso institucional que sempre foi muito essa frente minha.

C.C. – Quer dizer, o doutorado mesmo, formalmente, em Pernambuco...?

A.I. – Eu faço um doutorado direto e apresento em 2008. Na hora que as agências começaram a dizer: “Acabou a equivalência à doutor”. [riso] Levou um tempo de transição que as agências reconheciam equivalente à doutor. Em tudo eu fazia equivalência à doutor e eu financiava meus projetos com equivalência à doutor. Então, eu levei muito tempo...

C.C. – Quando acabou a equivalência, aí teve que...

A.I. – [riso] Mas eu não formalizei, não é? Eu tinha produção...

C.C. – É curioso: mais de trinta anos de carreira, aposentada...

A.I. – Eu tinha títulos e tal. Aí, começou a ficar uma barreira que é estigmatizante um pouco, porque você passa a ser desqualificada por não ter a titulação.

C.C. – E por pessoas muito mais novas.

A.I. – E pessoas que não conhecem nem sua trajetória. Até hoje tem gente que não conhece coisas que fiz e que chegaram ao departamento quando eu estava saindo - não pessoas como Guaraci que conheciam minha trajetória, nem Maria Brandão. Depois eu fui ver: todos que trabalharam comigo, ninguém tinha doutorado, nem Maria e nem István, o próprio Thales era cátedra. Quer dizer, a gente fazia aquilo nos concursos públicos, mas, de fato, algumas pessoas fizeram... Os terceiros ciclos foram consagrados como doutorado e eu fiquei nesse meio termo aí sem saber o que fazer. Eu tinha alunas orientadas por mim no programa... Mas tinha outros professores na minha condição, os mais antigos também estavam nessa situação. Gente também que era precioso em relação à pesquisa ou com projetos de Antropologia, que também não tinha concluído e que levaram mais tempo de conclusão. Exatamente essa condição híbrida de ser ao mesmo tempo professor, ao mesmo tempo aluno, ao mesmo tempo responsável pelas instituições e dando aula e tal, isso tornava a coisa mais complicada para alguns. Eu me aposentei, porque... Eu disse: “Eu não vou mais viver essa ambiguidade. Ou eu faço...”. Como eu tinha trinta anos de serviço... Quer dizer, claramente eu tinha os trinta anos. Eu não tinha os trinta anos, mas como eu não tinha tomado licença prêmio contou em dobro. Tinha, digamos, vinte e nove anos. Aí, eu disse: “Não, eu fico até o final. O departamento não vai sentir a falta disso. Continuo orientando e dou os cursos”. Eu dava Sociologia Agrária no Programa de Pós-Graduação. E assim eu fiz até que acabou a equivalência de doutor. “Tem doutorado? Não tem doutorado?” Mas aí, eu tinha feito um concurso para o Clacso. Eu tinha trazido, não só eu, mas a própria Nádyia também, o Clacso naquele ano em que eu estava dirigindo o CRH, em 87-89, que eu tinha sido da Anpocs e tal. A gente fez uma filiação ao Clacso e nunca conseguimos pagar, porque tinha restrição de envio de recurso para o exterior e era muito difícil. Terminamos ficando com uma vinculação frágil. Um dia estou na Anpocs e tinha lá concurso para pesquisador sênior na Capes. Ah sim, também tem uma passagem importante nisso. Já na França eu reencontro com Licia, grande amiga minha de colégio. Ela estava com a pesquisa da *Governor's University Research Initiative*, a iniciativa Guri, que era com o IUPERJ e o Renato Boschi, começava com ela e depois passou para Renato Boschi, que era um pouco a discussão de processo de governança urbana. Por conta do local e dos movimentos de hegemonia que na transição democrática eu fiz, eu disse: “Licia, eu tenho interesse nessa...”. Ela disse: “Anete,

você topa fazer um estudo...”. Salvador estava vivendo um drama com Lídice da Mata... E a questão local que eu já vinha discutindo desde os franceses, porque era a questão das cidades de médio porte, a reconfiguração e tal. Eu disse: “Olha, eu acho que nessa coisa local aí, a gente pode discutir, mas eu não conheço nada sobre isso, não sei o que é governança urbana”.

C.C. – A palavra também... As palavras surgem no cenário...

A.I. – Pois é, mas a minha pesquisa era sobre isso. Então, eu fiz um trabalho - Renato dirigindo, pessoal de Minas - sobre a liderança do PT e vendo a influência dos partidos no resultado de políticas públicas no meio urbano e desenvolvimento local. Aí eu fiz Salvador. Saiu o primeiro livro meu que era *O poder da cidade: limites da governança urbana*. E esse trabalho foi muito bem recebido, porque, eu com essa tradição mais de estudos da política no sentido mais gramsciano e histórico... Esse era mais institucionalista, mas não estou sabendo, eu estou ainda meio desinformada dessa virada da Ciência Política. O Renato estava trabalhando muito a ideia daquele autor sobre capital social... A gente conhecia de Bourdieu, mas tinha um americano que estava trabalhando... Enfim, vem aí daqui a pouco. Também aqui, em termos locais, eu tinha feito uma articulação no seminário da [INAUDÍVEL] no Rio com Danielle Leborgne que trabalhava com Alain Rouquié... Não, eu fui aluna do Rouquié. [riso] O militarismo na América Latina. Era Alain Lipietz. Michel Agier tinha disso estudante dele. Lipietz tinha aqueles estudos regionais e tal. E esse encontro de Licia, que Licia leva ao Rio de Janeiro e que era na época que eu estava na direção do Centro, foi muito importante porque não era somente sobre cidades, mas também sobre desenvolvimento regional. Dali emerge um conjunto de articulações. Do CRH vai Nádyá, que faz uma articulação com um autor inglês. Vai a Tânia Fischer daqui da Bahia. Também por essa via entre eu e Lícia a gente consegue também armar uma coisa que muitas pessoas abriram leque: vai Christian Topalov da França, vem muita gente importante. E Tânia, por exemplo, nesse acordo Capes-Cofecub, vai se responsabilizar, ela sintoniza com que a França queria, que era poder local. Eu, por conta dessa tradição no Guri vou pegar esse tudo sobre governança. Chamo Inaiá, Inaiá estava trabalhando sobre os conselhos de criança, adolescente. Tinha aqui um colega nosso, cientista político, mas com uma visão mais associada ao Werneck, foi orientando depois do Werneck, mas tinha feito uma tese importante sobre o carlismo na Bahia, dissertação de mestrado dele. Tinha sido secretário de Educação no governo de Lídice, na prefeitura. E era um cara muito inteligente, brilhante, Paulo... É – e não era – é

até hoje do CRH. É Paulo Fábio Dantas Júnior. Ele fez a tese dele no final no IUPERJ com o Werneck. Então, eu chamo o Paulo, ele tinha sido vereador e tal: “Paulo, eu quero que você faça história da ação dos partidos na descentralização das cidades, uma coisa mais histórica do seu trabalho”. Só que o Paulo é prolixo, ele fez um trabalho de sessenta páginas. Era um artiguinho assim. Eu convido Inaiá nessa parte dos conselhos. Convido uma outra colega minha que tinha sido pró-reitora quando eu fui da reitoria e quando eu ensinei no mestrado em Administração, que eu fui chamada para discutir um pouco essas questões, ela tinha sido responsável pelo orçamento. Então, eu achava que ela tinha um conhecimento da coisa do orçamento participativo, da experiência. E uma ex-orientanda minha, que fazia não sei se mestrado ou doutorado, para escrever sobre a questão... Porque a gente fazia uma correlação... Então, programas culturais na Bahia... Em Minas, eles pegaram a ideia do patrimônio, aqui a gente pegou o carnaval com programas culturais da... Uma política social que a gente pegou aqui de criança e adolescente, fui à Cidade Mãe com Inaiá. Em Minas, eu não me lembro agora qual foi a experiência. Paulo Fábio faz essa reconstrução histórica que Minas não fez. Quem ficou em Minas foi Magda, mas a supervisão iniciou com Licia e depois passou para o Renato Boschi. Renato, depois, pegou o nosso trabalho, condensou e saiu um artigo na *Dados* de 99 fazendo a comparação. Eu saí logo com dois artigos: um no *Caderno* do CRH... Essa parte de publicação... Quando eu vejo que tem algum problema é que eu esbarro e, às vezes, eu nunca tenho tempo de retomar. Mas aí saiu o que eu chamado de “A racionalidade constrangida”, que era a ideia... O que eu acho que era interessante desse trabalho é que eu descubro uma forma de pactuação consensual, que eu chamo de “consenso relativo”, que se dá nas extremidades das cidades; pactos de governança que se dá e vai depender dos atores. Eu mostro toda a heterogeneidade desse processo de pactuação de programas sociais. Aí, sai esse trabalho e sai um trabalho na França também, na *Annales de la Recherche Urbaine*. É um dossiê inteiro que eles fazem sobre governança e sai um artigo meu com esses resultados, sai Carlos Vainer também (o resultado está nesse número). Sai o livro, *O Poder das Cidades*, que agora vai entrar para o repositório, porque é ano eleitoral e não tem mais nenhum exemplar. Então, a gente vai colocar no repositório da UFBA. E aí eu estou na Anpocs e vejo lá um cartaz: o Clacso abriu um concurso...

C.C. – Pesquisador sênior.



A.I. – Pesquisador sênior na América Latina. Como não tinha mais equivalência no Brasil, mas lá tinha. [riso] Aí, eu disse: “Eu vou propor esse...”. Eu tinha um projetinho pronto, porque eu tinha o resultado desse trabalho feito, mas aí eu já tinha uma visão crítica. Uma sociedade tão desigual como o Brasil e com uma cultura política tão autoritária, eu fazia uma crítica, não conseguia entender essa noção de governança no Brasil. Aquele trabalho que eu tinha feito empírico já me mostrava uma série de limites de pensar a Democracia se você não entendia a matriz estrutural de desigualdade e a gramática política do Brasil. E aí, o que faço? Eu pego o Edson Nunes, pego aquela gramática e digo: “Eu vou pensar essa questão com base nessa gramática do Edson Nunes”. Isso é? Eu dei um salto aí.

C.C. – Em 2003, talvez?

A.I. – Não, é antes. Isso foi em 98. Mas antes, em 95, quando eu resolvo encerrar com a história do doutorado, eu tenho uma experiência extremamente rica na França, que foi com essa coisa da reestruturação produtiva, reconfiguração do estado e uma reformulação da questão social, porque na França tem um peso imenso. A gente faz... Essa equipe Brasil ganha uma dinâmica muito interessante e aí eu entro para fazer uma comparação com o México com a parceria Marielle Pepin-Lehalleur, que era uma pesquisadora mexicana que queria trabalhar o Brasil. Só que eu não conseguia... Eu não conhecia o México e ela não conhecia o Brasil. Então, nós desistimos da empreitada, porque a gente achava... E ela era aquela antropóloga que vai para o campo e muito especialista também em trabalhos locais. Nessa ocasião, nós fizemos um grande debate na França, que foi promovido por essa Merielle, que foi para o lançamento da coleção do Sebastião Salgado, *Terra*. Então, eu, Ana Galano, não sei se você conheceu no Rio, no IFCS.

C.C. – Sim. [INAUDÍVEL].

A.I. – Ivan [INAUDÍVEL], que tinha feito sobre os Chiapas, e o comandante Marques e eu fizemos uma grande mesa e uma exposição de Sebastião Salgado na França – o que, digamos assim, encerrou essa minha fase. Eu encerro a minha tese de doutorado nessa etapa com quase tudo publicado, absolutamente publicizado e defendido pelos fóruns públicos de debate, mas sem titular. Aí, eu fico muito confortável com isso e vou tratar da vida, de fazer pesquisa, de coisas que eu queria. Saio para essa... Continha aí uma equivalência à doutorado no Clacso. Eu

fui e sou surpreendida, fui a única brasileira que foi aprovada nesse concurso. Era muito bacana, porque o real estava desvalorizado e era vinte mil dólares, o *grant*, e eu acho que era sessenta e cinco mil. Eu nunca tinha recebido tanto dinheiro para escrever um livro. Eu fiquei muito feliz com isso. Além de ter um livro, eu tinha sido remunerada muito bem, além de uma rede que o Clacso...

C.C. – Esse livro foi qual, foi o *Metamorfose*...?

A.I. – ...*Da questão Democrática*. Aí eu me inspiro em duas coisas, têm vários trabalhos franceses: tinha *Metamorfose da questão social* de Castel; tinha um outro autor lá que tinha feito alguma coisa sobre isso; tinha André Gorz e tinha também *Metamorfose do Escravo*, que foi um livro, que eu li demais na minha graduação, do Ianni. E aí eu proponho isso que era exatamente vendo a virada neoliberal, e a virada conservadora em relação ao Estado e um conflito entre a luta democrática, que eu acompanhei a vida toda, com uma reversão desse processo. Eu sempre trabalhava, por conta de Bourdieu, a ideia de reconversão. Reconversão era uma noção mediadora sempre das categorias do econômico para o político, ideológico, o retorno, a reconversão da estrutura para o sujeito, o sujeito para a estrutura. Era um assunto que eu sempre trabalhei. Eu fiz esse projeto e ganhei. Foi o segundo concurso que eles abriram e eu ganhei o concurso. Foram quatro pesquisadores que ganharam o concurso e meu livro ficou publicado. Quer dizer, imediatamente. Eu entreguei em janeiro de 2000 e ele estava pronto para ser editado. Aí, o pessoal da Bahia disse: “Por que você não defende esse livro como doutorado? Você está com uma tese pronta. Além da tese que você publicou nos artigos e tal, você fez um livro que talvez seja mais que as teses que a gente tem hoje. Por que você não defende isso como tese?”. “Topo. Vou parar”. Sustei a publicação e disse: “Vou defender”. Aí foi unanimidade no Programa. Só que o doutorado estava começando. Ele não tinha ainda uma estrutura de reconhecimento para segurar uma primeira defesa de alguém que vem direto para defender um livro. Era complicado e eu também entendia isso. Aí, foi feita uma comissão de professores que saiu pesquisando no Rio, saiu pesquisando... Tinha uma professora do Rio que tinha defendido defesa direta de tese, que era, eu acho Miriam Limoeiro, alguma coisa. E tinha uma professora de Letras que era presidente da Associação Internacional de Linguística, tinha sido candidata a reitora aqui, uma pessoa de uma competência enorme, e ela mandou toda a legislação para mim: “Anete, faça isso. Eu já defendi o meu em Niterói”, sei lá onde, “No Rio.

Você faz em dois meses, você já está com o livro pronto. Susta o livro e defende”. E assim eu fiz. Aí eu esperei um ano por esse resultado. Aí, você começa a falar as coisas, aquilo começa a ser apropriado e perde um pouco a originalidade do seu trabalho esperando que isso seja publicado... Ia ter a feira internacional de Guadalajara e estava previsto para ser lançado lá, na feira do livro. Aí eu disse: “Gente, eu vou defender ou não vou defender?”. O procurador da UFBA, sei lá, seis, oito ou dez meses, me disse que essa legislação não existe mais, você não tem cobertura institucional para isso. E isso tinha sido criado, eu sabia... Chegava professores estrangeiros, já com a vida pronta, sem doutorado, muitos não têm, nem Bourdieu tinha. Então, para formaliza, para enquadrar na Capes, você fazia lá uma banca, analisava os trabalhos que eles tinham defendido. Aí o pessoal: “Você faça o que você quiser e tal”. Eu digo: “Mas eu não posso ficar esperando. Aí eu vou preferir publicar do que ter a tese, porque se eu não publicar eu não vou ter as duas coisas. Eu não sei o resultado disso”. Aí eu lancei lá no México. Isso deu um efeito muito bacana. Imediatamente, eu me habilitei lá para a cátedra Simón Bolívar, vou para a França. É como se eu tivesse feito o pós-doc, porque logo depois, nos anos 2000, tinha aquela coisa do Brasil dos anos 2000. Eu fui, participei dos seminários e tal. E lá eu dei dois cursos: um para o mestrado e outro para o doutorado com o livro. Só que o próprio livro me mostrava já uma inflexão do encaminhamento da questão do estado social e da questão social em uma linha do que era um acordo geral dos programas de pobreza e das agências internacionais trabalhando com isso. Isso foi muito interessante... A primeira parte do livro eu mostro o que foi essa agenda da pobreza construída... E como eu tinha dado “Estado e Classe” na graduação, eu tinha lido todos aqueles livros de Adam Przeworski, marxismo analítico, aquela mudança paradigmática da sociologia e também as tentativas da socialdemocracia na Europa de repensar o programa eleitoral deles dizendo que não podiam mais defender um programa socialista porque não existia mais operário, no fundo todo mundo era classe média ou tinha virado setor de serviços. Então, eu analiso essa coisa da configuração do mercado de trabalho, esse debate da socialdemocracia e mostro essa inflexão do Estado em cima de uma tese conservadora. Peguei o relatório clássico do Samuel Huntington que sai nos Estados Unidos, que é de 75, e dissecó nesse livro as teses, que, aliás, está em uma atualidade enorme nesse período agora, porque todo mundo falou muito do enxugamento do Estado no plano social. Tem uma segunda perna desse diagnóstico conservador da década de 75 que é acabar com formas de democracia que permitam ajuste fiscal. Essa outra perna essa se revelando agora. Nessa última reunião que eu estava agora em Montevidéu eu levantei e digo: “Será, que

eu tenho que reatualizar...?”. Enfim, foi muito rico para mim essa experiência. Ao mesmo tempo, em 2003, eu entro em um grupo da América Latina de estudos que tinha uma perna também com um programa da Suécia vinculada ao Conselho Internacional de Ciências Sociais da Unesco. Eles me encomendam, por conta desse livro, também um trabalho, um balanço, um estado da arte dos estudos de pobreza na América Latina, que eu compartilho com mais quatro colegas, sendo três lá do México. Escrevemos um trabalho que, antes era difícil de entrar porque era francês, espanhol ou português, é inglês que a gente faz e sai por uma rede enorme que faz esse balanço para a América Latina. Mas ele saiu como relatório. Eles disseram o seguinte: “Você pode fazer o que quiser com isso aí. Se quiser publicar como artigo, livro e tal”. Mas não fizemos isso. Aí, tivemos uma rentabilidade muito grande, porque se tinha recurso para publicar. Foi feito um acordo do Crop, *Comparative Research Program on Poverty*, com o Clasco. Então, a gente começou a dar cursos, para a América Latina, virtuais. Eu era super crítica, mas foi uma experiência muito boa, porque você fazia um programa de curso, existia uma banca que examinava, e você passava a ser catedrático desse curso pela via virtual. Tinha sala de debate, de chat, de discussão que funcionava. Eu não tinha malícia nesse tempo, eu colocava as aulas todas detalhadas. Eles tinham um número de matrícula importante, porque teve um curso que dei (dei com Atilio Borón, a Laura Tavares), foi um um curso que teve matrícula, negócio de conflito social, deu uma matrícula enorme. A gente reunia, deixava o pessoal esbravejar a semana inteira em cima do texto. Como era virtual, o pessoal se sente a vontade de colocar questões duras. O anonimato do aluno, do cara que está inscrito permite lhe questionar em tudo.

C.C. – A interação face a face ameniza um pouco.

A.I. – Ameniza um pouco as questões e, ao mesmo tempo, te dá uma vantagem de não dar uma resposta brusca, de você tentar agregar o conjunto de questões orientando para o que você quer também. Então, no final da semana, eu reunia essas questões e fazia as respostas. Mas tinha alunos do Peru, do México, de não sei onde. No IEAL na França, um dia chega uma pessoa na sala: “Eu fui sua aluna”. [riso] Eu não sabia quem era. Teve uma experiência aí que, pelo menos, alguma coisa para se refletir sobre essas possibilidades.

C.C. – Experiência de professora nova, não é?

A.I. – E crítica mesmo.

C.C. – Um pouco depois, você, formalmente, entra para a Universidade Católica de Salvador...

A.I. – Veja bem. Eu fico muito tempo nesse grupo de estudos de pobreza... Em 2008, portanto, eu resolvo o negócio do doutorado. Eu tinha uma reunião de artigos que eu tinha já escrito, todos publicados lá pelo Clacso, o livro etc, etc. E aí, quando o pessoal de Pernambuco sabe que eu não tinha o doutorado, eles descobrem: “Você vem para cá defender, porque no nosso é todo regulado. Nós temos a regulação disso. Se a Bahia está discutindo se tem ou não tem, para gente é todo o interesse que você venha para cá”. Aí, foram Salete, Paulo Henrique de uma generosidade enorme: “Você faz como você quiser, se você quiser traz os artigos e defende os artigos. Nós já fizemos isso com um professor francês. Se você quiser, você defende aquele livro, porque ele não foi publicado no Brasil, ele foi publicado em Buenos Aires”.

C.C. – Lá você teve uma acolhida que aqui foi mais difícil. [riso]

A.I. – Difícil formalmente. Aí, eles me deixaram muito à vontade, só que o processo lá era mais longo. Eu fiz o memorial em 2006, mas eu trabalhei como editora muito nesse período. Eu era sozinha, então eu tinha que arranjar uma pessoa que pudesse tocar enquanto eu parava três meses para escrever a tese. Aí eu disse: “Eu não vou fazer. Não vou pegar título, porque vão dizer que é gratuito, foi doutorado arranjado”. Eu, sempre muito rigorosa, super concursada e tal, “não vou me submeter a isso. Vou fazer um trabalho original, único e vou submeter ao Programa”. E eu não tinha essa relação... Eu tinha uma relação, porque coordenei essa rede do Nordeste, “Relações de trabalho e relações de poder”, e tinha grandes conhecidos da Anpocs e tal. Aí, eu vou... Foi um processo bastante cuidadoso, passa pelo colegiado do curso, identifica alguém que possa se responsabilizar por isso. Lá designaram o Paulo Henrique. Esse livro meu, lá já era adotado no Programa do ponto de vista metodológico, porque eu discuto a noção de metamorfose como o mesmo e o diferente, a coisa da plasticidade da mudança e da transição. A Silke Weber entusiasmada com essa parte metodológica do trabalho, o próprio Paulo gostava muito do livro. Era um livro... Em um dos pareceres dizia: “Um livro que passou pelo crivo de um concurso internacional, que está publicado, que está sendo absorvido em outros

programas...”. O Benício já estava usando em Brasília. Ruthy Laniado estava usando no curso dela aqui na Bahia. Pelo amor de Deus, a gente não tem o que discutir em relação a isso... Eu acho que foi o doutorado mais difícil que alguém passou na vida. Aí eles deram. O outro parecer foi daquele José Sérgio Leite Lopes. Então, foi Paulo Henrique de um lado... Deram um parecer permitindo que isso seguisse adiante. Aí, vai ao Conselho Universitário. Por isso eu fiz o memorial para ser enquadrado na condição de pesquisador 1 do CNPq, que é o que daria liberdade de autonomia de uma defesa. Então, eu fiz todo esse processo, prova de título... É tipo uma livre-docência. Eu tive que colocar todos os comprovantes no negócio e levei. Eu fiz a defesa um ano depois. Uma vez passado esse trâmite, lhe dão até um ano para você defender, o que significa que é menos de um ano, porque você tem que apresentar antes. Quando eu consegui uma colega, que passou esse período comigo dividindo a editoria da revista... O primeiro ano eu passei com ela, porque ela disse: “Não, isso é muito complicado. A gente tem que tomar pé. Eu não vou ficar sozinha”. “Eu vou sair de outubro a fevereiro”. Porque a revista é tão louca que você não tem férias. Então, eu disse: “De outubro a fevereiro eu preciso para mim”. Então, eu saí de outubro a fevereiro para fazer isso. Escrevi feito louca com o carnaval aqui na porta, porque eu não podia sair. É um lugar onde passa os trios e tal. Eu não podia sair, porque os trios estavam aqui. Eu me lembro que o capítulo quinto era uma loucura, porque o trio elétrico e eu com coisa no ouvido. Então aí, eu apresento. Vai para a minha banca o Paulo Henrique, Pernambuco, uma pessoa de História, porque era “Sociologia, modernidade e questão social”, e José Ricardo Ramalho.

C.C. – Do IFCS.

A.I. – Do IFCS. Na véspera, eu disse: “Gente, eu não sei o que José Ricardo acha de mim. Eu não sei o que essas pessoas...”. Quer dizer, é muito difícil isso: você entrar em um universo que não é o meu. Uma coisa é o aluno ir construindo um código de confiança e outra coisa é você tomar um avião com o trabalho debaixo do braço, chegar lá para defender. E eu já tinha tido uma experiência. Mas tem um fato: em Pernambuco, quando eu submeti lá para o Clacso, o Centro estava desafiado do Clacso e precisava que algum Centro referendasse essa minha inscrição. Foi a Joaquim Nabuco que disse: “Não quero nem conversar, Anete. Já estamos mandando a carta dando o aval para você”. Então, eu já tinha tido esse apoio da Fundação Joaquim Nabuco. E quando eu fiquei com a coordenação regional desses programas na

Anpocs... Isso não existia na Anpocs, mas nós criamos isso. Foi uma experiência extremamente exitosa nessa rede de pesquisadores regionais sobre relações de trabalho e relações de poder. Então, eu tinha conhecido muita gente do Nordeste, mas eu tive uma certa tensão uma vez que cheguei lá na questão de distribuição de cargos na Anpocs. Era a vez da Bahia de fazer um rodízio e eu cheguei para conversar lá e o pessoal: “Não é assim não, nós que queremos. Quem vai ser diretor somos nós e tal”. Enfim, eu fiquei no conselho fiscal e o Fernando Azevedo foi para a diretoria da Anpocs... Aí, eu disse: “Pode acontecer um estranhamento, porque, às vezes, as coisas estão todas pactuadas e de repente você passa...”.

C.C. – Mas correu tudo bem?

A.I. – Mas correu bem. Eu me lembro muito que me perguntaram na banca: “Anete, quantas teses você vai defender para dizer que é doutora?”. [riso] E disseram: “Anete, nós não queremos ouvir nada desse negócio que você escreveu”. Acho que eram quatrocentas e tantas páginas, tirei uma parte e fiz o livro. “Eu quero que você conte”, isso que estou fazendo aqui com vocês, “sua trajetória que nós queremos é conhecer essa trajetória”. Aí eu fiz, mas teve algumas perguntas. Eu disse: “Eu tenho que publicar isso o mais rápido possível, porque eu tenho que ter a legitimidade da opinião pública”.

C.C. – Esse foi o livro *Viver por um fio*?

A.I. – *Viver por um fio*. Ele sai logo...

C.C. – Pobreza e Política Social.

A.I. – É. Eu defendo em março e ele sai em agosto de 2008. Ele é lançado na Anpocs em 2008. Eu tirei uma parte... Toda a parte epistemológica inicial, o editor disse que isso não interessava muito.

C.C. – Para diminuir também. Os editores estão sempre preocupados em reduzir.

A.I. – E para reduzir também. Eu tirei uma parte toda de governança, porque eu já tinha feito

em outro livro – eu atualizava. Então, ficou um livro enxuto. Agora eu estou revendo ele, porque o bolsa família mudou tanto, muita coisa mudou. Mas é isso aí. Ah, a UCSal, você tinha feito a pergunta.

C.C. – É, estou um pouco preocupado... Mas eu queria perguntar sobre essa sua ida, em 2009, logo depois para o Programa de Pós-Graduação primeiro, depois passa de colaboradora e vira permanente, que é como você está hoje.

A.I. – Bom, em 2009... Na realidade, em 68, meu primeiro cargo de professor foi na UCSal, mas eu fiquei lá... Foi aquele momento do movimento estudantil de 68 e nem terminou o ano praticamente. Eu entrei na Federal, essa coisa evoluiu, fiz a carreira lá. Foi criado um programa lá, Política Social e Cidadania, em 2006. A Ângela, que era uma professora de estudos de Sociologia do Trabalho e tinha trabalhado muito com o Centro, muito ativa, tinha sido orientanda de Ianiá no mestrado e de Nádyá no doutorado, era uma associada nossa... Ela era professora da escola de Serviço Social e saiu para o programa de mestrado. Mas aquela coisa do mestrado novo que está seguindo... Ela queria que eu ficasse lá, mas como não tinha titulação era complicado e eu não fui. Foi somente a Inaiá que foi para lá nesse período. Quando souberam que eu tinha tido já o título, aí vieram em cima: “Agora, você tem que ir para lá e tal”. Também a minha aposentadoria ficou muito pequena e eu achei que também era uma forma... Por outro lado, essa burocracia que foi sendo criada, se você não tem inserção ativa no vínculo, você tem restrições também. Então, eu financiava muitos projetos por conta da revista, porque todo ano eu fazia muita proposta para o CNPq, Capes e tudo para o financiamento da revista. Mas, assim, para mim, a revista me consumiu a vida. Eu tomei a revista muito mais como um projeto acadêmico mesmo, não processual de burocracia, mas a ideia de que a revista tinha que ter um papel nacional no debate público das Ciências Sociais. E eu evolui com ela, pela vivência na França e aqui também. Eu fui crescendo com ela, uma equipe de base fantástica, técnica na área gráfica, que é a Dada e a outra secretária também. Então, assim, eu estava há vinte anos na revista. A revista surgiu como aqueles caderninhos. Depois ela se profissionaliza. Eu digo: “Não é possível fazer mais isso”. Quando eu estou a direção, a revista ainda era um encargo de direção e eu faço um acordo com a editora Fator. Então, o primeiro número que virou revista foi comigo como diretora, editando também, junto com o núcleo de Estudos do Trabalho nessa ocasião. Depois, a Inaiá entra, passa dois anos na editoria, quer sair



e me pede para eu assumir a revista. Aí, todo mundo dizia uma coisa assim: “Mas você está sem fazer nada”. Ela também se aposentou na mesma fase, mas aquela ideia que eu resolvi... Foi aquele momento que eu resolvi ficar mais para mim, para essas cooperações com a França, com a América Latina e estava menos ativa dentro do próprio Centro. Aí, eu assumo e, aquela coisa que eu sempre tenho, isso passa a ser a minha linha de frente profissional. Eu faço um projeto que altera... A coisa dos dossiês temáticos foi invenção minha, um projeto inspirado na França, que agora todo mundo começou a fazer uma formatação desse tipo. Abro, porque a revista não tinha abertura pública, o que complicou muito, mas se profissionalizou também bastante a revista. Isso segue um tempo e eu saio... Ainda estou na Católica com isso, mas eu não consegui, a revista não me permitiu... E também, um programa que começava na Católica queria ser o mais perfeito... Assim, desenvolver tudo com muito... Ser muito mais, digamos assim, cumprir os requisitos da Capes mais do que, às vezes, um programa antigo, porque a gente relaxa um pouco. Mas lá era preciso afirmar uma nota para a Capes e tal. Eu dei duas disciplinas. Eu estava com treze orientandos, da Federal e lá. Naquele momento, estava uma coisa sufocante para mim e aí eu peço para sair. Eu não aguentei o rojão. [riso] Apesar de que hoje, por exemplo, tem mais professores e me dão muita liberdade. Então, eu fiquei como colaboradora só, porque essa experiência internacional era uma experiência que contava muito para o Programa e essa inserção de produção também contava muito para o Programa. Eles tinham interesse, e eu tinha um certo interesse, porque lá eu convivo com pessoas muito interessantes, a própria coordenadora, Ângela, é uma pessoa muito ativa, muito íntegra e isso me dava uma certa satisfação intelectual. Mas aí eu saio e consigo... Porque eu não consegui deixar a revista naquela ocasião, então ficou muita coisa. Aí, ela começa a querer fazer o doutorado, sair de mestrado para o doutorado: “Anete, venha colaborar com a gente no projeto do doutorado, você tem experiência de Capes e tal, tal”. Aí eu voltei em 2014, acho que foi 2014.

C.C. – Como professora permanente já.

A.I. – Como professora permanente, 40 horas.

C.C. – E o projeto de doutorado saiu?

A.I. – Saiu, foi imediatamente aprovado. Aí, eu escrevi o programa todo junto com a colaboração de muitos que tinha a experiência lá, como Mary Castro, que está lá também, e a própria Ângela que tinha feito o projeto de mestrado, porque não participei do projeto do mestrado. Então, a parte toda da grade curricular, eu fiz a concepção do que chamam de conceito.

C.C. – Teve um breve período para você cuidar mais da sua vida e voltou à vida institucional agora, construir instituição? [riso]

A.I. – É. Estou gostando. Tem uma experiência diferente, porque enquanto na Federal eu tenho alunos que, às vezes, tem uma base teórica hoje que vem da graduação, passa pelo mestrado, doutorado... Eles têm uma base sólida e pouca experiência de trabalho empírico, esse é um grande problema. Não tem nenhum programa, assim, de grandes pesquisas e tal. Então, o pessoal tem muita teoria e falta pesquisa empírica. Se tem isso... Têm alguns núcleos, por exemplo, do Trabalho lá do CRH tem. Mas, lá na... Eu senti Católica uma coisa bacana, que é o seguinte: você tem procuradores, você tem juízes, enfim técnicos que estão trabalhando o planejamento do estado, muito advogado que estão precisando daquilo para entrar no ensino superior, eles querem complementar a profissão deles. Então, eles têm uma vivência do estado, uma vivência muito forte. Então, o que a gente teoriza, os caras vêm com experiência na prática: tem delegado, tem o cara que trabalho no Ministério Público sobre direitos. Então, você tem exatamente uma contra face...

C.C. – O que faltava de um lado, tem demais do outro.

A.I. – Agora, do outro, eles não têm o treinamento de pensar teoricamente e nem de fazer a pesquisa. Eles têm a experiência de realizar o trabalho deles. Então, tem sido uma experiência gratificante até agora, só que eu estou com sete um, mas estou caminhando para fazer setenta dois. É um cansaço muito grande. E assumi por exemplo o Conselho Internacional de Ciências Sociais, esse programa do Crop – foi um concurso também que eles mandaram, eu me candidatei e virei *fellow* do Crop. Como *fellow*, eles pediram para eu organizar na Bahia... Pediram não, abriram a concorrência, eu pensei que era uma obrigação (eu não posso dizer isso em público), e aí eu propus um trabalho interessante que é a gente discutir o regime de *Welfare*

na América Latina, direitos do trabalho e renda básica. Há possibilidade no Brasil... Quando a gente faz essa proposta dessa mudança geral, a gente já tem a resposta antes de fazer o seminário. Mas isso está me levando tempo, porque é uma frente internacional que vem em setembro e que estou fazendo esse programa com o núcleo. Por outro lado, a gente renovou também o grupo de pobreza com o Cone Sul e com o México. Estou vindo dessa reunião lá do Uruguai.

C.C. – Você já está em plena atividade. Daqui há dez anos, a gente tem fazer um complemento da entrevista. [riso]

A.I. – Eu estou muito satisfeita com as coisas que estou fazendo, mas, ao mesmo tempo, eu acho que falta, para mim, mais a capacidade de agregar e fazer uma reflexão sobre tudo isso com os alunos e com as pessoas com as quais eu partilhei de pesquisa. Então, eu sinto a necessidade que a gente tivesse tempo para a gente fazer essas discussões... Por outro lado, surgiu de novo... Eu trabalho muito com identidades incertas na pesquisa: sobre campesinato, operariado, tudo isso. Surgiu de novo agora uma levada enorme de pessoas, que foram, inclusive, meus alunos que estão fazendo memorial de titular e quiseram que eu estivesse na banca. Mas a Católica não deu a gente estatuto de titular e olha que fizeram concurso. Vão fazer uma reestruturação. Então, a gente está lá como adjunto, não está como titular porque eles não fizeram. E ao mesmo tempo, a gente tem a experiência de... Eu e Inaiá ficamos nessa situação. Os meus alunos me chamaram para estar nas bancas dos concursos de titular. Aí, entraram com recurso de novo na UFBA para saber se eu poderia, porque a cátedra tem estatuto de titular na França. Eu disse: “Pode ser, porque tem nível salarial, tem tudo. É equivalente ao professor de carreira, só que ele é a condição temporária como visitante. Então, vejam se isso permite eu estar na sua banca”. São dois, um vai ser segunda-feira, ele lutou... Eu disse: “Vai ser muito complicado, vamos deixar para lá. Eu vou assistir com muita alegria, mas não vou estar presente”. O outro agora também escreveu um livro e pediu para eu prefaciá-lo e tal. Aí, a gente vai revitalizando isso dessa forma.

C.C. – Bom, Anete, eu já abusei três horas...

[FINAL DE DEPOIMENTO]

